

CLARA MARGARIDA CARDOSO MENDES



IMPACTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO
CONCELHO DE SANTA CRUZ:

2002-2005

LICENCIATURA EM GESTÃO E PLANEAMENTO DE EDUCAÇÃO

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO (ISE) – 2006

CLARA MARGARIDA CARDOSO MENDES

**IMPACTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO
CONCELHO DE SANTA CRUZ:**

2002-2005

Trabalho Científico apresentado no Instituto Superior de Educação (ISE) para obtenção do grau de Licenciado em Gestão e Planeamento de Educação, sob orientação de **Mestre ISAÍAS BARRETO OLÍMPIO DA ROSA**, intitulado Impacto da Formação Profissional no Concelho de Santa Cruz.

Elaborado pela **Clara Margarida Cardoso Mendes**, aprovado pelos membros do júri, foi homologado pelo Concelho Científico Pedagógico, como requisito parcial à obtenção de grau de Licenciatura em Gestão e Planeamento de Educação

O Júri

(O Presidente do Júri)

(O Arguente)

(O Orientador)

ISE, de de 2006

Dedicatórias

Dedico este trabalho à Micaela de Lurdes, quem me ensinou as primeiras letras e a todos os que me ajudaram nos primeiros momentos da vida.

Agradecimentos

Para a elaboração deste trabalho foi imprescindível o contributo de algumas pessoas que merecem o meu especial agradecimento, tais como:

- A minha família principalmente aos meus pais, se hoje sou o que sou devo tudo a eles, ao meu querido filho e a todos os meus irmãos e familiares;
- O meu Orientador, professor Mestre Isaías da Rosa, que tomou a cargo a orientação deste trabalho e o apoio necessário à sua execução;
- O Director do Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo (CFPPB), o Senhor Silvério Tavares que disponibilizou a sua ajuda na identificação dos ex-formandos como também pela correcção do trabalho;
- Os entrevistados que disponibilizaram o seu tempo para a elaboração da referida entrevista e a todos os inqueridos que efectuaram o preenchimento do questionário, permitindo a realização desta investigação;
- Todos os meus amigos principalmente a Mónica que ajudou-me na aplicação dos inquéritos;
- Aos meus colegas, por todos esses anos de convivências, de dedicação e de ternura;
- A todos os meus professores que me transmitiu conhecimentos preciosos ao longo dos tempos;
- Ao Senhor Silvino Fernandes um especial agradecimento pelo apoio e pela correcção do trabalho e ao Senhor Salomão da Rosa um especial reconhecimento pela ajuda;
- E finalmente à Deus por me ter dado força e coragem em todos os momentos da vida.

Um Muito Obrigado

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA/JUSTIFICAÇÃO	11
2.1	HIPÓTESES	12
2.2	OBJECTIVOS	12
2.3	METODOLOGIA.....	13
2.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2.5	DIFICULDADES ENCONTRADAS	15
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL		17
1	CONCEITOS BÁSICOS	17
2	O Papel da Formação Profissional para o desenvolvimento	22
3	A Formação Profissional e a Economia	23
4	Educação e Desenvolvimento.....	23
5	A Formação Profissional em Cabo Verde – Evolução	26
6	Centros e escolas profissionais em Cabo Verde.....	28
CAPÍTULO II: DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÓMICO DO CONCELHO DE SANTA CRUZ		29
1	Cabo Verde	29
2	Caracterização Geral do Concelho de Santa Cruz.....	30
2.1	O Município de Santa Cruz	30
2.2	População	31
2.3	Recursos Humanos	32
2.4	Actividade Socio-económico.....	32
2.5	Emprego e Desemprego	34
2.6	Educação.....	36
CAPÍTULO III: IMPACTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SANTA CRUZ		39
1	Mecanismos de funcionamento das acções de formação profissional ministrados no Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo	39
2	Notas Metodológicas	41
2.1	Determinação da Amostra	41
3	Resultado da Pesquisa	41
3.1	Perfil dos formandos.....	41
3.2	Formação Profissional	45
3.3	Situação Após a Formação	46
4	Impacto da Formação Profissional no Concelho de Santa Cruz	52
4.1	Formação Profissional na melhoria das condições de vida dos formandos	52
4.2	A criação de auto-emprego como factor de desenvolvimento	55
4.3	Principais entraves e os desafios enfrentados.....	56
CONCLUSÃO.....		58
RECOMENDAÇÕES.....		61
ANEXO		66

Quadros

Quadro 1-Repartição da ocupação da população com 15 anos e mais, por ramo de actividade económica (%)	33
Quadro 2 - População desempregada por Concelho.....	34
Quadro 3 - Nível de Instrução por sexo.....	37
Quadro 4 - Cursos por sexo dos formandos	42
Quadro 5 - Nível de escolaridade e sexo dos formandos	43

Gráfico

Gráfico 1-População de 15 anos e mais segundo o nível de instrução.....	36
Gráfico 2 –Nº de alunos por ano de escolaridade.....	37
Gráfico 3-Sexo dos formandos	41
Gráfico 4-Formandos segundo a faixa etária.....	43
Gráfico 5-Formandos por Concelho	44
Gráfico 6-Sexo dos formandos	44
Gráfico 7-Motivo da escolha do curso	45
Gráfico 8-Dificuldades no estágio profissional	46
Gráfico 9-Dificuldades na integração à vida profissional	46
Gráfico 10-Situação dos formandos perante o emprego	47
Gráfico 11-Meios de obtenção de emprego.....	48
Gráfico 12-Profissão com mais emprego	48
Gráfico 13-Tipo de vínculo profissional	49
Gráfico 14-Situação na profissão	50
Gráfico 15-Importância da formação profissional na integração no mercado de trabalho	50
Gráfico 16-Grau de satisfação com o emprego	51
Gráfico 17-Motivação para o trabalho.....	51
Gráfico 18-Melhor condições económicas	54
Gráfico 19-Dificuldades encontradas ao longo do curso.....	56

1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva do Plano Estratégico, o desenvolvimento sustentado de Cabo Verde, só é possível se apostar na qualificação dos recursos humanos para que o País possa diminuir significativamente a sua dependência do exterior e melhorar a competitividade da sua economia a nível internacional, tanto por via do aumento de produtividade das suas unidades económicas, como pela melhoria da qualidade dos bens produzidos e dos serviços prestados.

As Grandes Opções do Plano de 2002 a 2005 considera que “a formação profissional é de fundamental importância na qualificação e capacitação dos recursos humanos para o mercado do trabalho e emprego”. Do mesmo documento é de se reter que as acções de formação têm ocorrido de forma pontual, sem um quadro institucional e legal bem definido em termos de estrutura do curso, de certificação e qualificação e, por vezes, em áreas não prioritárias para o desenvolvimento económico do país e das necessidades do mercado¹.

As alterações demográficas e a iminente escassez de quadros qualificados obrigam as organizações empresariais a dependerem cada vez mais de programas dinâmicos de recrutamento de formação de jovens, para a manutenção de uma mão-de-obra competente.

O ensino com carácter profissionalizante e a formação profissional assumem-se como elementos fundamentais no desenvolvimento das competências requeridas aos trabalhadores para o desempenho mais ou menos imediato de uma actividade profissional.

A reforma de ensino, dos anos noventa, teorizou e absorveu as alterações ditadas pela evolução do sistema educativo e introduziu propostas de adequação profundas, de modo a dar respostas às novas exigências decorrentes das transformações políticas, sociais e económicas por que passava o país.

O sistema educativo cabo-verdiano comporta em 3 subsistemas, a saber: Educação Pré-escolar, Educação Escolar que abrange os Ensinos Básicos, Secundários,

¹ As Grandes Opções do Plano, 2002, Praia, pág. 30

Médio, Superior e Ensino Especial; e a Educação Extra-escolar, que por sua vez desenvolve-se a dois níveis distintos, quais sejam: a Educação Básica de Adultos que abrange a Alfabetização, a Pós-alfabetização e outras acções de educação permanente numa perspectiva de elevação do nível cultural e aprendizagem e as acções de formação profissional, numa perspectiva de capacitação para o exercício de uma profissão.²

Nos últimos anos, paralelamente ao processo de alfabetização tem-se privilegiado a formação profissional de base, de forma a capacitar os alfabetizados para o emprego e o auto-emprego.

O desenvolvimento do sistema de formação profissional, em articulação com o sistema educativo e o mercado de trabalho, constitui um eixo estratégico do programa do governo e impõe a necessidade de uma vasta e permanente concertação com os parceiros sociais com vista à salvaguarda da coerência entre as políticas de emprego e de formação.

2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA/JUSTIFICAÇÃO

De entre os motivos que estão na base da escolha do presente tema – “**o Impacto da Formação Profissional no Concelho de Santa Cruz**” – destacam-se: o facto de inexistir estudos nesta matéria, onde se percebe que existe um forte interesse por parte dos cidadãos e não só, como também por parte das entidades políticas em conhecer as eventuais falhas ou o progresso no processo da formação profissional. Com isso, pretende-se averiguar se o processo dessa actividade, teve algum impacto na melhoria das condições de vida dos formandos/cidadãos e no desenvolvimento do Concelho.

Assim sendo, pretende-se com o presente trabalho compreender se a formação profissional teve impacto positivo na vida dos cidadãos e no desenvolvimento do Concelho, bem como a eficácia das formações realizadas?

² Decreto-lei nº 113/V/99, Altera a Lei de Base de Sistema Educativo, Suplemento ao B.O nº 38 de 18 de Outubro, de 1999, I Série.

2.1 HIPÓTESES

Perante estas questões são estabelecidas as seguintes hipóteses: a formação profissional possivelmente teve impacto positivo na melhoria da qualidade de vida dos formandos/cidadãos portanto com essa formação houve maior integração dos jovens no mundo de trabalho, teve grandes consequências nas mudanças no nível socio-económicas dos formandos como também do Concelho, visto que ao terminarem a formação alguns dos formandos reintegram ou integram imediatamente no trabalho, outros apostam em micro-empresas com o micro-crédito cedido pelo Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo (CFPPB) através do programa Fundo de Inserção na Vida Activa (FIVA)³.

2.2 OBJECTIVOS

O estudo efectuado teve como objectivo principal, compreender o impacto da formação profissional na melhoria das condições de vida dos ex-formandos e dos cursos de formação profissional ministrados no concelho, bem como analisar o alcance das acções de formação profissional realizadas no concelho no nível de desenvolvimento do concelho de Santa Cruz.

Os objectivos específicos deste estudo centram-se nos seguintes aspectos:

- Conhecer os mecanismos de funcionamento das acções de formação profissional ministrados no concelho de Santa Cruz no período compreendido entre 2002 a 2005;
- Analisar os constrangimentos experimentados no processo de criação e leccionamento dos cursos ministrados;
- Compreender os principais entraves bem como os desafios mais importantes tanto da parte da instituição do ensino como dos formandos;

³ O FIVA é um programa de micro-crédito do CFPPB que visa apoiar ex-formandos dos cursos ministrados ou favorecidos pelo Centro, que queiram iniciar ou expandir a sua Actividade Geradora de Rendimento

- Compreender o processo de integração dos ex-formandos no mercado de trabalho;
- Analisar as condições de vida dos ex-formandos antes e depois de terem participado nas acções de formação profissional;
- Perspectivar as acções que deverão ser desencadeadas visando incrementar a eficiência e a eficácia das acções de formação realizadas.

2.3 METODOLOGIA

No que diz respeito aos procedimentos de recolha de dados, este estudo baseia-se em contributos bastante diversificados, ou seja, atendendo aos objectivos da pesquisa utilizou-se necessariamente, diferentes estratégias metodológicas, como a revisão bibliográfica, a análise/investigação documental, a investigação de campo como a observação, a entrevista, a diversos intervenientes na área da formação profissional, como o inquérito/questionários aos ex-formandos, aos formadores, etc.

Assim para a recolha de dados durante a investigação preconiza-se efectuar:

- Questionários;
- Entrevistas;
- Observação directa;
- Análise dos documentos.

2.3.1 QUESTIONÁRIO/INQUÉRITO

O inquérito foi dirigido a 75 dos 242 jovens que frequentaram e concluíram uma acção de formação profissional de qualificação profissional no CFPPB.

Foi utilizado a amostragem por acessibilidade ou por conveniência, segundo **Gil, António Carlos** (1999), o pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos.

Para a recolha das informações foi disponibilizada por parte do Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo uma lista com a identificação dos formandos que frequentaram o curso, os seus endereços e outras informações relevantes para o contacto bem como a lista das entidades que realizaram as acções de formação.

Para efeito de preenchimento do questionário foram aplicados directamente aos formandos em casa e nos locais de trabalho.

A recolha foi efectuada durante dois meses, as perguntas são fechadas e o tratamento foi feito com base no programa estatístico para as ciências sociais (SPSS).

2.3.2 REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS

Foram realizadas entrevistas aos formadores, ao Director de CFPPB como também nas escolas técnicas.

Com a realização destas entrevistas pretendeu-se obter um conjunto de aspectos relacionados fundamentalmente com a performance da formação bem como a identificação dos principais constrangimentos que afectam este sistema de ensino.

Os entrevistados expenderam as suas opiniões em relação a todas as questões consideradas pertinentes para o aspecto do trabalho.

2.3.3 ANÁLISES DE DADOS

Esta análise foi feita não só da documentação produzida em Cabo Verde mas também de uma vasta documentação estrangeira.

Foram contactados várias Instituições como Câmara Municipal de Santa Cruz, o Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo (CFPPB), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Instituto Nacional de Estatística (INE), e entre outras instituições.

2.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para atingir o referido propósito, esta pesquisa foi estruturada em três grandes capítulos, a saber:

No primeiro capítulo enquadramento teórico abordou-se alguns conceitos como Centro de formação, de emprego, formação, formação profissional, acções de formação profissional, formando, formador, entidade promotora, formadora, certificadora e acreditadora, perfis profissionais, modalidades de formação, formação profissional inicial e contínua, qualificação profissional, desempregados, trabalhador por conta de outrem e por conta própria. Ainda no mesmo capítulo foi abordado o papel da formação profissional para o desenvolvimento, a formação profissional e a economia, a educação e o desenvolvimento, a formação profissional em Cabo Verde, sua evolução e por fim centros e escolas profissionais em Cabo Verde. No segundo capítulo, foi analisado o diagnóstico socio-económico do concelho de Santa Cruz onde foi feita uma breve caracterização do concelho em termos de recursos humanos, principais actividades económica, educação bem como emprego e desemprego. No terceiro capítulo fez-se um estudo de caso – investigação por questionário, baseado nas observações directas, entrevistas e aplicação dos inquéritos onde foi analisada as opiniões dos entrevistados, e dos inquiridos com base no programa SPSS. Este trabalho termina com as conclusões e recomendações. Ainda, fazem parte deste documento, as referências bibliográficas e os anexos.

2.5 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Dada à natureza do estudo, considera-se pertinente apresentar algumas dificuldades encontradas durante a elaboração deste trabalho, tais como:

- A localização dos formandos no local de residência tornou-se um custo muito grande (porque são de moradias deferentes);

- Não foi possível encontrar em Cabo Verde trabalhos, estudos e/ou referências bibliográficas nacionais que permite comparar os resultados;
- Inexistência de documentos que possibilita o tratamento das informações com certo rigor.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1 CONCEITOS BÁSICOS

Para a melhor compreensão da formação profissional e análise dos dados, é pertinente ter em consideração algumas definições relevantes, visto que é um tema muito recente e muitas pessoas tem pouco conhecimento dos termos empregados/utilizados. Entende-se por:

i) **Centro de Formação** estabelecimento que dispõe de estrutura organizativa capaz de mobilizar e utilizar os meios necessários à realização de acções de formação;⁴

ii) **Centros de Emprego** – são «órgãos executivos locais» que prestam um serviço público, gratuito e facultativo ao qual podem aceder quer pessoas que procuram emprego, nomeadamente jovens de 16 anos ou mais anos de idade à procura do primeiro emprego, quer empregadores que o oferecem⁵;

⁴ CIME -Terminologia de Formação Profissional, pág.30

⁵ Enciclopédia dos pais – Escolher a Profissão, Volume V, pag.81

Segundo o Decreto Regulamentar nº 5/95 de 20 de Fevereiro, art. 1º, os **Centros de Emprego** são organismos regionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, adiante designado por IEFP, que se ocupam das operações do mercado de emprego nas respectivas áreas territoriais;

A formação obtida por meio da educação deverá ligar-se estreitamente ao trabalho, de molde a proporcionar a aquisição de conhecimento, qualificações, valores e comportamentos que possibilitem ao cidadão integrar-se na comunidade e contribuir para o seu constante progresso⁶.

*A **formação** é uma actividade social envolvendo diversos actores com interesses diferentes⁷.*

Conforme **Gode, Winifred** (1972), a **Formação** é um meio de preparar os trabalhadores para o desempenho das suas funções actuais ou futuras, de modo a aumentar não só a eficiência da empresa, mas também a sua satisfação no trabalho. Trata-se de uma planificação dos meios de aprendizagem no local de trabalho ou num centro de formação;

Segundo Santos M.E.S, et all, citado por Ilona Kovács, **Formação** designa o “conjunto de conhecimento necessários para o exercício de determinada função, adquiridos tanto pró formação escolar ou extra-escolar, orientada para o exercício da actividade profissional como pelo exercício da profissão eventualmente completada por cursos de aperfeiçoamento ou reciclagem”;

iii) **Formação Profissional** – processo global e permanente através do qual jovens e adultos, a inserir na vida activa, se preparam para o exercício de uma

⁶ Decreto-lei nº113/V/99, Altera a Lei de Base de Sistema Educativo, Suplemento ao B.O nº 38 de 18 de Outubro, de 1999, I Série, art.5, nº 2.

⁷ Actores como Professores, alunos e famílias, mas também autarquias, entidades representativas das actividades sociais, económicas, culturais e institucionais de carácter científico, citado por Maria Margarida Marques, pag.69

actividade profissional (Decreto-lei nº 37/2003 de 6 Outubro que estabelece o Regime Jurídico Geral da Formação Profissional);

iv) **Formação Profissional** – conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de actividade económica (Terminologia da Formação Profissional do IEFP, 2001);

v) **Ações de Formação Profissional** Consideram-se como acções de formação as que resultam de um conjunto de actividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupos de profissões. São consideradas quer as acções de formação realizadas pela empresa/entidade nas suas instalações, quer as realizadas por outras entidades mas em que participaram trabalhadores da empresa (DGEEP- Inquérito à execução das acções de formação profissional);

vi) **Formando** – todo o indivíduo que frequente um curso ou acção de formação profissional, seja inicial, em exercício ou contínua, ministrada por uma entidade formadora devidamente acreditada, nos termos legais⁸;

vii) **Formador** – todo o profissional cujo perfil funcional integra competências técnico-científicas e pedagógico adequadas à formação que ministra (Decreto-Regulamentar nº 14/2005, de 26 de Dezembro);

viii) **Entidade promotora** – a entidade pública ou privada, que desenvolve e centraliza as actividades necessárias à realização de um curso ou acção de formação, assumindo o papel de interlocutora com outras entidades públicas ou privadas que intervenham na formação (Decreto-Lei nº 37/2003 que estabelece o regime jurídico geral da formação profissional);

⁸ Decreto-Regulamentar nº 16/2005, de 26 de Dezembro que define o Estatuto do Formando, publicada no B.O nº 52, I Série de 26 de Dezembro de 2005

A formação profissional e o sistema geral de aprendizagem desenvolvem-se em centros específicos, empresas ou serviços, com base em acordos e protocolos celebrados entre os diversos departamentos estatais e não estatais interessados no processo formativo cabendo ao Governo estabelecer a coordenação e o desenvolvimentos das acções formativas através do competente organismo (Lei de Base do Sistema Educativo, art.53).

ix) **Entidade Formadora** – a entidade pública ou privada, que desenvolve e executa formação para o mercado através de estrutura adequada (Regime Jurídico Geral da Formação Profissional);

x) **Entidade Certificadora** – a entidade competente que, no final da formação, emite o respectivo certificado (Idem Ibidem);

xi) **Entidade Acreditadora** – a entidade responsável pelo processo de validação global e reconhecimento formal da capacidade de uma entidade nacional, estrangeira ou internacional para desenvolver actividades de natureza formativa, nos domínios e âmbitos de intervenção relativamente aos quais demonstre ter competências, meios e recurso humanos, técnicos, instrumentais e/ou materiais adequados (Idem Ibidem);

xii) **Perfis de formação** – os conteúdos e as condições de desenvolvimento da formação que visam a aquisição das competências definidas no perfil profissional (Idem Ibidem);

xiii) **Perfis profissionais** – o conjunto de competências requeridas para o exercício de um posto de trabalho ou de uma profissão (Idem Ibidem);

xiv) **Modalidades de Formação** – tipo de formação determinado em função das características específicas das acções, designadamente, os objectivos, o público-alvo, a estrutura curricular, a metodologia e a duração;

xv) **Formação profissional inicial** – visa preparar o formando para a sua integração no mercado de trabalho, possibilitando-lhe a aquisição dos conhecimentos e competências necessários para o exercício de uma actividade profissional (Idem);

xvi) **Formação profissional contínua** insere-se no decurso da vida profissional do trabalhador e destina-se, essencialmente a propiciar-lhe a adaptação às mutações verificadas nos domínios tecnológico, organizacional ou qualquer outro relevante, favorecer a promoção profissional e melhorar a qualidade do emprego (Idem);

xvii) **Qualificação profissional** visa a aquisição, pelos formandos, dos conhecimentos e competências necessárias para o exercício de uma profissão (Idem);

xviii) **Desempregados** – Conjunto da população activa (com 14 e mais anos), que se encontra sem trabalho remunerado e disponível para trabalhar, inscrita nos Centros de Emprego do IEFP (Palma Rita, José Joaquim; As organizações Públicas Estatais na Qualificação das Regiões: Reflexões Sobre uma iniciativa, no Alentejo);

xix) **Trabalhador por Conta de Outrem** – Indivíduo que trabalhe para outrem, a tempo inteiro ou parcial, e receba uma remuneração pelo trabalho realizado (Idem Ibidem);

xx) **Trabalhador por Conta Própria** – Indivíduo que exerce uma actividade independente e isolado com um ou vários sócios, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros realizados ou potenciais, provenientes dos bens ou serviços produzidos e que, habitualmente não contrata trabalhadores por conta de outrem para com ele trabalhar. Os sócios podem ser ou não familiares.

2 O Papel da Formação Profissional para o desenvolvimento

A formação profissional, como componente que reforça e aprofunda o conhecimento literal, assumiu um papel relevante em qualquer sociedade e passou a ser uma necessidade no sentido de garantir uma maior profissionalização na execução das tarefas e na promoção do conhecimento – o “saber ser”, o “saber fazer” e o “saber” propriamente dito.

A formação profissional, quando bem realizada, poderá capacitar qualitativamente a população tanto no momento presente como futuro, desenvolvendo a capacidade física e intelectual, o que só poderá ter reflexos positivos no desenvolvimento do país reduzindo assim o desemprego uma vez que formando pessoas de acordo com as necessidades/solicitações do mercado maior é a credibilidade porém há um desenvolvimento a nível económico, social e cultural do país.

A necessidade de formação profissional no sentido de garantir a melhoria de conhecimentos técnico-profissionais por parte daqueles que integram às organizações é uma exigência que deve ser feita. A acumulação dos conhecimentos em detrimento da acumulação de capital surge como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento de qualquer país.

Em Cabo Verde a formação profissional tem merecido uma atenção especial, pois, tem se falado e apostado muito na qualificação dos recursos humanos como meio de garantir e desenvolver a economia e aumentar a competitividade e a produtividade, como forma de valorizar o seu capital humano e proporcionar aos cidadãos oportunidades de adquirir conhecimentos, ao longo da vida para poderem participar mais afirmativamente na sociedade e dar o seu contributo no progresso do país, por isso o Governo elege-a como programa prioritário para o desenvolvimento visto que apostando na formação profissional é fazer uma aposta no investimento do capital humano, quer a nível humano, financeiro, materiais, técnicos como também a nível das infra-estruturas. Para que isso aconteça o estado tem de planificar e organizar esta actividade de acordo com às necessidades do mercado e criar meios que proporciona e garanta aos formandos maior empregabilidade.

3 A Formação Profissional e a Economia

Os agentes económicos ao promover e desenvolver sistema de qualificação profissional ou ao tomar partido na decisão dos conteúdos programáticos da educação escolar, têm como grande finalidade o aumento das competências profissionais, os sistemas de (re) qualificação profissional compromete-se com o sistema económico e com os seus fins económicos.

A economia e os respectivos actores limitam-se a aproveitar o que existe de melhor em termos de recursos humanos, agora melhor qualificados. As empresas adoptam a estratégia de qualificação pela formação profissional contínua dos seus quadros. Isto pode representar a constituição de novo operário sujeito a uma segunda fase da sua qualificação, na maioria dos casos analfabetos mas, por outro lado, altamente especializados nas suas tarefas, tornando-se operários com crescentes exigências de polivalência e flexibilidade/rotatividade profissional.

A economia pode-se apropriar da educação/formação se participar activamente na definição e introdução de conteúdos curriculares oportunos ao desenvolvimento desta temática, e mais tarde, poderão dispor de recursos humanos preparados e mais qualificados precisamente para os seus ambições económicos e servir o sistema económico que o planeará para os recursos humanos⁹.

4 Educação e Desenvolvimento

As difíceis condições de vida dos Cabo-verdianos, as gritantes práticas discriminatórias das autoridades coloniais em relação aos habitantes das ilhas, a falta de liberdade e o desrespeito pelos direitos humanos, são alguns dos factores que levaram ao surgimento de movimentos independentistas na segunda metade da década de 50. Após uma luta armada de cerca de 10 anos levada a Cabo na Guiné-Bissau, conseguiu-se a independência do país em 1975.

Urgia então efectuar grandes mudanças visando colocação de Cabo Verde nas sendas do desenvolvimento e do progresso. Neste âmbito, a educação era um imperativo premente. A estratégia educativa do governo passava por uma redução e eventual

⁹ www.ipv.pt/millennium/Millennium2525_26.htm – Consultado a 12 de Março de 2004

eliminação do analfabetismo no país. Expandiu-se o acesso ao ensino básico e secundário, e implementou-se um programa de alfabetização de adultos, com o intuito de melhorar as suas condições de vida e promover o próprio desenvolvimento do país. Na década de 90, com a abertura ao multipartidarismo, procedeu-se à massificação do acesso ao ensino, consubstanciada em melhorias quantitativas e qualitativas na formação do corpo docente e construção de escolas, passando todos os concelhos do país a dispor de estabelecimentos de ensino primário e secundário. Volvidos vinte e nove anos de independência, o PIB per capita passou de 300 US\$ anuais para 1300 US\$; a taxa de analfabetismo foi reduzida para 23% e quase 100% das crianças frequentam o ensino primário obrigatório de 6 anos.

Esta revolução no acesso ao sistema de ensino básico e secundário no arquipélago fomentou o desenvolvimento do ensino superior no país, com consubstanciado no surgimento da primeira Universidade em Cabo Verde bem como de diversas instituições de ensino superior. Até então a quase totalidade dos quadros superiores do país, eram formados no estrangeiro.

Toda essa dinâmica melhorou substancialmente os índices de desenvolvimento humano do país levando-lhe a ocupar os lugares cimeiros no universo dos países Africanos, no que concerne aos níveis de desenvolvimento humano. O último relatório das nações unidas sobre o desenvolvimento humano de 2004, revela exactamente esse posicionamento do país.

A educação sendo um investimento a longo prazo poderá exercer uma influência no crescimento económico, é difícil de detectar por ser apenas manifesto a longo prazo, quando tantas outras coisas mudam (talvez devido a investimento a longo prazo realizado anteriormente). O papel da educação do lado da pesquisa e desenvolvimento do progresso técnico é complexo e seus efeitos finais no crescimento económico são difíceis de especificar exactamente, visto que são indirectos.

As relações estabelecidas entre as práticas educativas e os processos de desenvolvimento são indissociáveis especialmente quando associam as respectivas finalidades com as melhores condições de vida, assim como de uma maior

humanização. A sociedade desenvolvida que dispõe de serviços, infraestruturas e suportes económicos suficientes impõe melhores recursos educativos.

Uma vez satisfeitas as necessidades básicas da população como a segurança, a alimentação e protecção, há maior possibilidade de conseguir melhor educação e há maior capacidade de compreender e transformar a realidade. É neste sentido que *Caride, J. A e Vargas, G. (2002)*, afirmaram que quanto mais desenvolvido está um país, maior é a quantidade (e qualidade) de educação oferecida aos seus habitantes. Uma maior educação não significa maior distribuição de conhecimento que se precisa para alcançar melhores condições de vida.

A educação como factor de desenvolvimento influencia nas oportunidades individuais e colectivas afectando a mobilidade social, aumentando os progressos económicos favorecendo uma distribuição mais equilibrada da riqueza ajudando a priori na criação das condições que requer todo o processo de desenvolvimento entendido este como meio de concretizar o bem-estar económico e social de uma sociedade. A educação será segundo este raciocínio uma estratégia adequada para alcançar o desenvolvimento das comunidades humanas no que diz respeito na redução da pobreza, da desigualdade e da insegurança social.

A visão estratégica da educação considera a educação como factor de progresso e de desenvolvimento da maioria das sociedades, o que caracteriza as práticas educativas como suporte fundamental para melhor desenvolvimento, isso implica trabalho das instituições, das políticas educativas e das nações e é expectativas de muitas famílias que investem uma boa parte de seu capital na formação dos seus membros com esperança de serem capazes de integrar no sistema produtivo sendo este considerado o motor de desenvolvimento socio-económico. É neste sentido que os organismos internacionais como o Banco Mundial e o UNESCO ocupa essencialmente em entender o desenvolvimento como crescimento, por esta razão tem por finalidade dar mais e melhor educação para um maior rendimento económico, facilitando a formação dos recursos humanos para uma gestão mais lucrativa dos bens naturais e sociais.

5 A Formação Profissional em Cabo Verde – Evolução

Para compreender o estado actual da formação profissional é importante retroceder um pouco no tempo e conhecer as principais legislações vigentes.

A história da formação profissional começou logo após a independência nacional, grandes passos foram dados a nível das leis sobre este assunto. As principais medidas legislativas no domínio da formação profissional foram na década de 80. Esta análise vai ser feita de uma forma superficial tendo em conta que não há dados suficientes que permite reflectir sobre este assunto.

Em 1982 foi criado o Decreto nº 101/82, atribuindo uma valorização dos recursos humanos, no domínio da formação profissional.

Com a criação da Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE), lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro, onde há uma clara valorização da formação profissional como meio de capacitar os cidadãos para o exercício de uma profissão. Nesta mesma lei pode-se constatar que decreta que esta actividade deve ser desenvolvida em centros específicos, empresas ou serviços com base em protocolos efectuados em diversos departamentos.

A 22 de Agosto, de 1994, foi criado um pacote legislativo dando maior ênfase a formação profissional criando assim uma instituição capaz de definir, executar e avaliar as políticas, as estratégias em matéria do emprego e formação profissional conhecida por Instituto de Emprego e Formação Profissional. Do mesmo pacote há outra instituição com meios para levar a cabo a promoção e o apoio ao desenvolvimento de actividades geradoras de emprego, particularmente de pequenas e médias empresas e o financiamento de projectos e programas de formação e de inserção profissionais. Surge assim o Decreto nº 50/94, Decreto nº51/94 e o Decreto nº52/94 que cria, respectivamente o Conselho Nacional do Emprego e Formação Profissional, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e Fundo de Promoção do Emprego e Formação Profissional.

Em 1995, foi criado o Decreto-Regulamentar nº 5/95 de 20 de Fevereiro que cria os centros de emprego, organismos regionais do IEFP, que se ocupam das operações do mercado de emprego, compete-os assegurar, junto dos interessados, uma orientação

profissional e aconselhar sobre a escolha do emprego, proporcionando apoio técnico e administrativo adequado, etc.

Com a aprovação do decreto-lei nº20/2002 de 19 de Agosto, que rege o Regime de Organização, administração e gestão dos estabelecimentos públicos do ensino secundário em que o estado promova uma articulação entre o ensino técnico e a formação profissional, dando as escolas secundárias da via técnica uma autonomia à realização de cursos de formação profissional.

Grandes passos foram dados em 2003, com a aprovação do Regime Jurídico Geral da Formação Profissional (Decreto-lei nº37/2003, de 6 de Outubro), o sistema passou de uma simples duplicidade para atender as necessidades do mercado promovendo o desenvolvimento dos recursos humanos, também este diploma define os princípios básicos que encorpam este sector.

A 26 de Dezembro de 2005, foi publicada os diplomas/pacotes legislativos que complementa o Regime Jurídico Geral da Formação Profissional em domínios específicos relativos ao bom funcionamento deste sistema. Surgindo assim o Decreto-Regulamentar nº13/2005, nº14/2005, nº15/2005, nº16/2005, nº17/2005, nº18/2005 de 26 de Dezembro que define, relativamente, a Certificação da Formação Profissional, o Estatuto do Formador de Formação Profissional, o Estatuto dos Centros de Formação Profissional, o Estatuto do Formando, o Fundo de Financiamento da Formação Profissional e o Regime de Acreditação das Entidades Formadoras. No entanto, fica a saber que há por publicar o Plano Estratégico da Formação Profissional 2006-2010, defendido como um documento orientador e de estruturação para o desenvolvimento credível da formação profissional, e tem um papel decisivo no processo de desenvolvimento da economia e no mercado de trabalho.

6 Centros e escolas profissionais em Cabo Verde

No âmbito do sistema de ensino, o ensino profissional é actualmente ministrado na via técnica do ensino secundário a partir do 9º ano de escolaridade, no ensino médio e na educação extra escolar e, igualmente em instituições de ensino secundário efectivam, o ensino médio é de natureza profissionalizante e a educação extra escolar contempla acções de formação básica ou de capacitação para a prática de uma profissão. O ensino superior visa, em última instância, a capacitação de quadros com a elevada competência para o exercício de diversas profissões, destacando-se, neste particular, os cursos superiores que visam especificamente formar profissionais, como por exemplo os ministrados pelo Instituto Superior de Educação.

Actualmente o país é constituído por 6 (seis) Centros de Emprego, Centro de Emprego da Praia, Centro de Emprego de Assomada, Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo, Centro de Emprego do Mindelo, Centro de Emprego e Formação de Santo Antão, Centro de Emprego do Fogo e Brava, todos apostam no mesmo objectivo o de formar os jovens para a integração no mercado de trabalho, são estruturas do Instituto de Emprego e de Formação Profissional e todos encontram-se sobre a tutela de Ministério de Qualificação e Emprego.

CAPÍTULO II: DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÓMICO DO CONCELHO DE SANTA CRUZ

1 Cabo Verde

Cabo Verde, um país pequeno de 4.033km², formado por 10 ilhas de origem vulcânica (das quais 9 são habitadas), situado no Atlântico a 500 km da costa do Senegal, tem uma média pluviométrica de 230 mm/ano com apenas 10% da superfície considerada como potencialmente arável. Os recursos naturais são raros e os solos, na sua grande maioria são esqueléticos e pobres em matéria orgânica.

A população residente, segundo o censo 2000, era de 434.625 indivíduos, dos quais, 55% residiam no meio urbano. Cerca de 54% da população total é da ilha de Santiago. A densidade da população jovem é mais acentuada, sendo que 68,7% da mesma tem menos de 30 anos de idade. Do mesmo Censo, a população activa foi de 166 mil, dos quais 46% é do sexo feminino. Desta percentagem apenas 22% estão empregados. Existem segundo a mesma fonte, mais homens empregados que mulheres.

Segundo o Diagnóstico Socio-económico do Município de Santa Cruz, *o PIB real per capita de Cabo Verde é de US\$1.420 em 2002, marcando uma evolução*

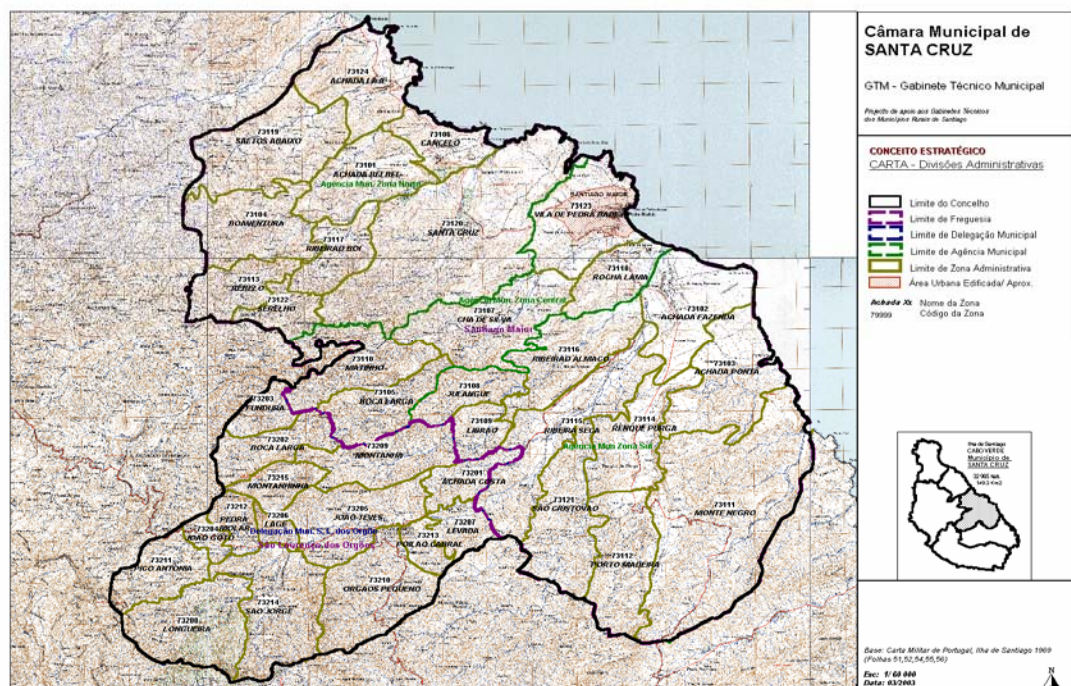
significativa em relação ao crescimento de 1990 – US\$902¹⁰. O crescimento do PIB reflecte-se na mudança das condições de vida da população. Sendo assim, a esperança de vida é de 72 anos nas mulheres e de 66 anos nos homens.

A economia cabo-verdiana é dominada pelo sector dos serviços, 71,6%, seguido do sector secundário (indústria e construção) 17,2% e o sector primário ocupando 11,2% do PIB.

Todavia, Cabo Verde está perante um forte processo de mudança o que justifica o seu retiro do grupo dos Países Menos Avançados (PMA) para passar a integrar a lista dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM).

2 Caracterização Geral do Concelho de Santa Cruz

2.1 O Município de Santa Cruz



Fonte: GTM¹¹

¹⁰ IRDF de 2002. in Doc. Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, citado em Diagnóstico Sócio-económico do Município de Santa Cruz, pág. 11

¹¹ GTM, Gabinete Técnico Municipal, Câmara Municipal de Santa Cruz

Santa Cruz está situado na zona leste da maior ilha, aproximadamente entre 15° 05 e 15° 11' de latitude Norte e entre os meridianos 23° 38' e 23° 30' de longitude Oeste de Greenwich¹². Tem uma área de 149,30Km² de superfície, correspondendo a 15,1% da área total da ilha. Ladeado por três Municípios, Santa Catarina, São Domingos e São Miguel, fecha a sua fronteira pela orla marítima na zona este.

O Concelho foi criado pelo Decreto nº 108/71, de 29 de Março, com vista a promover o desenvolvimento de actividades que o crescimento populacional impunha e possibilitar às populações contactos rápidos com as sedes quer do Concelho quer das Freguesias, onde os seus problemas deveriam ser resolvidas, desencravando-se, assim, do Concelho da Praia.

O Concelho é composto por duas freguesias, Santiago Maior e São Lourenço dos Órgãos, sendo esta última, actualmente, levada oficialmente a categoria de concelho, o Concelho de Santa Cruz passará a ter novos contornos limítrofes, reduzindo-se quase para metade a sua extensão.

2.2 População

Segundo o censo 2000 e o documento da Câmara Municipal de Santa Cruz, o Município de Santa Cruz possui uma população de 32.965 habitantes, sendo 47,1% do sexo masculino e 52,9% do sexo feminino.

Com uma população bastante jovem, verifica-se uma grande concentração da população nas faixas etárias compreendidas entre 0-24 anos. Isto significa que a população activa é vasta. A população activa é de 68,1% (de 15 a 65 anos de idade) e está abaixo da média nacional com 68,9%. Com menor taxa líquida de ocupação (35,8%), distanciando-se do nível nacional que registava 46,1%.

A população é maioritariamente feminina com 3% a mais que a masculina.

De acordo com os dados de INE, prevê-se um crescimento lento da população até 2010. Actualmente, a população é de 37.015 indivíduos residentes e aproximar-se-á aos 40 mil, no ano 2010.

¹² Amaral, Ilídio. Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens, Lisboa, 1964

2.3 Recursos Humanos

Em 2000, de acordo com os dados do Censo, existe no Concelho 93 quadros, sendo 43 de nível médio e 50 de nível superior, 823 comerciantes e vendedores, 4.015 trabalhadores de agricultura e pesca e 1.893 indivíduos sem profissão.

Naturalmente que, passados alguns anos, a situação evoluiu, principalmente, a nível de quadros administrativos e superiores. No entanto, revela-se insuficiente se ter em consideração o crescimento populacional, a necessidade e o ritmo de desenvolvimento que se pretende imprimir ao Concelho.

Segundo os dados mais actuais da Câmara Municipal de Santa Cruz, recolhidos nos encontros de quadros do Concelho realizados em 2005, há um balanço de 155 quadros sendo 80 de São Lourenço dos Órgãos residindo e trabalhando em diversas localidades da Ilha.

2.4 Actividade Socio-económico

As principais actividades económicas do concelho são a agricultura de regadio e de sequeiro, a pesca artesanal, pecuária, pequenas e médias empresas, sobretudo a nível de marcenaria e carpintaria, mecânica, serralharia e outros.

Ao contrário do país com 58% da população urbana, Santa Cruz, 70% da sua população é do meio rural, o que faz com que a sua principal actividade económica incida no sector primário: agricultura, pecuária, pesca e silvicultura.

Quadro 1-Repatrição da ocupação da população com 15 anos e mais, por ramo de actividade económica (%)

Actividade Económica	%
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	29,4
Comércio, reparação de veículos automóveis...	17,4
Administração Pública	13,7
Construção	8,7
Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e pessoais	8,1
Educação	6,8
Indústrias transformadoras	4,7
Transporte, armazenagem e comunicações;	3,7
Pesca	2,8
Famílias com Empregados domésticos	1,3
Indústria Extractivas	1,1
Actividades imobiliária (alugueres e prestações de serviços)	0,8
Saúde e Acção Social	0,8
Alojamentos e restauração	0,4
Produção e distribuição de Electricidade, Gás e Água	0,2
Actividades financeiras	0,1
Organismos internacionais e outras organizações fora do concelho	0,1

Fonte: INE, Censo 2000

A repartição da população activa empregada, no quadro acima representada, mostra o papel do sector primário no desenvolvimento do próprio Concelho.

O quadro acima supracitado elucida sobre a questão da ocupação da população, de modo que pode-se constatar que 29% da população vive da agricultura, pecuária e outras actividades do sector primário, sendo este sector, depende fortemente do clima e das chuvas. O comércio e a reparação de automóveis também têm um peso muito

importante na economia do concelho com 17% e uma percentagem bastante reduzida 13,7% dos cidadãos trabalha em administração pública.

Estatisticamente, Santa Cruz possui a maior área agrícola do país, ocupando um lugar importante na cultura de produtos hortícolas e de bananeiras. Contudo, a falta de água e a salinização dos solos são problemas que afectam o Concelho.

Em análise ao peso de cada sector na economia do Concelho, a agricultura é o sector predominante abrangendo a maior parte da população.

2.5 Emprego e Desemprego

Quadro 2 - População desempregada por Concelho

Concelho	HM	H	M
Total CV	17,2	10,9	23,6
Ribeira Grande	17,4	9,8	29,7
Paúl	21,3	15,6	31,0
Porto Novo	12,6	7,6	19,3
São Vicente	23,2	19,4	27,6
São Nicolau	14,9	7,6	23,6
Sal	10,4	4,8	18,7
Boavista	5,6	2,8	9,8
Maio	17,5	10,8	23,4
Tarrafal	8,9	4,3	12,1
Santa Catarina	10,1	6,1	12,9
Santa Cruz	31,0	17,8	43,1
Praia	18,0	10,3	25,4
São Domingos	12,9	7,4	17,9
São Miguel	7,7	4,9	9,5
Mosteiros	14,6	6,6	22,2
São Filipe	19,6	10,2	28,8
Brava	18,3	8,2	32,6

No que se refere ao desemprego, este concelho destaca-se, quer comparando com a taxa do país quer com a dos outros concelhos, com uma taxa de desemprego de 31,6%.

Conforme a análise do INE (Característica económica da população, Censo 2000) “Santa Cruz apresenta valores muito superiores à média nacional, especialmente para o sexo feminino. No escalão de 15-24 anos, a taxa de desemprego das mulheres é de 60,2%, quase o triplo em relação ao total feminino nacional”.

A taxa do emprego mostra que os homens encontra-se em maior número empregados do que as mulheres no que tange a acesso ao emprego, registando 56,9% para homens, contra 44,1% para mulheres.

A situação do concelho em relação ao desemprego e ao emprego tem muito a ver com o que já foi dito supracitado em análise da situação económica. Aliás, a taxa de desemprego diminui com o desenvolvimento económico.

Segundo os dados mais actual do IEF, a situação tem se invertido tanto a nível nacional como a nível dos concelhos. A nível nacional houve um aumento da taxa de desemprego para 24%. A nível do concelho, o concelho de Santa Cruz teve uma diminuição brusca da taxa de desemprego de 31,6% passando para 22,5%¹³.

¹³ Inquérito Semestral 2005, do IEF

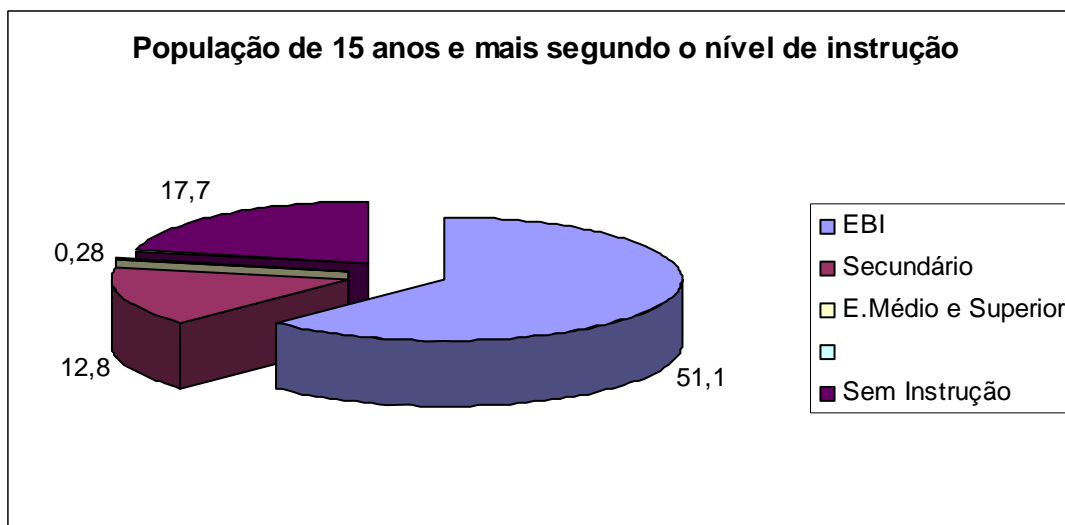
2.6 Educação

O sistema educativo formal no concelho comporta os seguintes níveis:

- Ensino Pré-escolar, para crianças até 5 anos;
- Ensino Básico Integrado, com 6 anos de estudos divididos em 3 fases com 2 anos para cada fase;
- Ensino Secundário Geral, com 3 ciclos constituídos por 2 anos cada;
- Ensino Profissional.

2.6.1 Nível de Educação da População

Gráfico 1-População de 15 anos e mais segundo o nível de instrução



Fonte INE – Censo 2000

Da leitura do gráfico verifica-se que mais de metade da população com 15 anos e mais (51,1%) possui o ensino básico integrado (EBI), cerca de (12,8%) tem o ensino secundário e uma minoria da população (0,28) tem o ensino médio e superior. Cerca de 17,7% de população não tem nenhuma instrução.

2.6.2 Nível de Instrução por sexo

Quadro 3 - Nível de Instrução por sexo

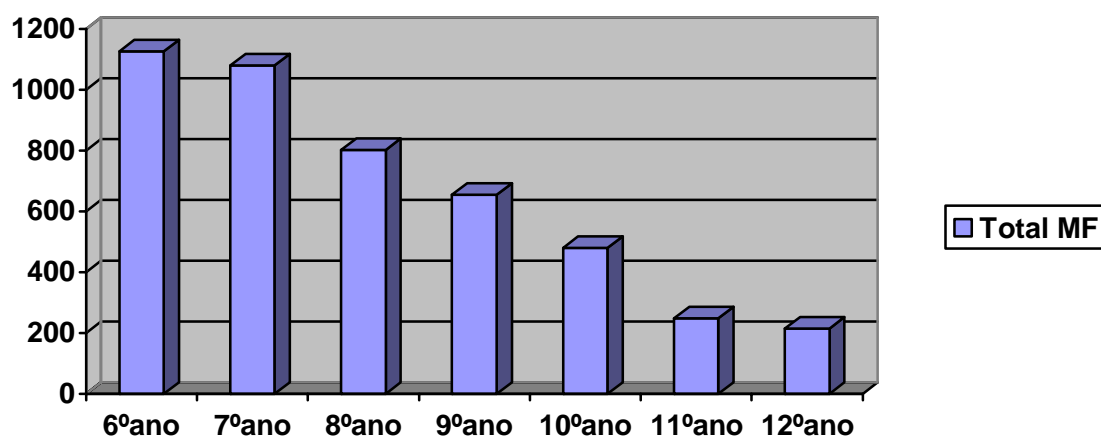
Sexo	EBI	Ensino Secundário	Curso Superior	Curso Médio	Sem Instrução
Masculino	25,8	6,2	0,13	0,06	6,0
Feminino	25,3	6,6	0,02	0,07	11,7

Fonte: INE – Censo 2000

De acordo com o quadro as mulheres são mais afectadas pelo analfabetismo: 11,7 % de sexo feminino não tem nenhuma instrução contra 6,0 % do sexo masculino. Isso explica-se pelo facto das mulheres antigamente dificilmente podiam ir a escola, reservando, a um número reduzido de homens este privilégio, sendo que as crianças do sexo feminino ficavam, normalmente, em casa a desempenhar tarefas domésticas.

2.6.3 População Escolar

Gráfico 2 –Nº de alunos por ano de escolaridade¹⁴



Com a reforma de ensino, o que prolongou o ensino básico de 4 (quatro) para 6 seis) anos, a população escolar têm aumentado desde 1995. De acordo com o gráfico acima

¹⁴ Dados da Delegação Escolar do Concelho de Santa Cruz ano lectivo 2005/06

representado há uma maior concentração, ou seja, o maior nº de alunos verifica-se no 6º ano de escolaridade.

A partir do 7º ano, há uma diminuição significativa de números de alunos de acordo com o gráfico. Da análise do mesmo, pode aventar diversas explicações, entre as quais, o abandono escolar, a existência de apenas uma escola pública, o que revela-se insuficiente para albergar toda a população estudantil, as saídas naturais de cada ciclo ou também da elevada taxa de reprovação verificada no final de cada ciclo.

CAPÍTULO III: IMPACTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SANTA CRUZ

1 Mecanismos de funcionamento das acções de formação profissional ministrados no Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo

O Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo, estrutura integrante do Instituto de Emprego e de Formação Profissional (IEFP), situado na Achada Fátima, é um centro voltado para construção civil, iniciou a sua actividade formativa em Abril de 2002, após a assinatura de um acordo de cooperação entre o Ministério de Trabalho e solidariedade de Cabo Verde e a sua congénere portuguesa. Começou a funcionar com 8 (oito) cursos, 127 (cento e vinte sete) formandos e 6 (seis) formadores externos. Actualmente, é constituído por duas salas teóricas, uma sala de desenho, um laboratório de informática e dois espaços de prática simulada para pedreiro e para carpintaria e marcenaria e duas secções, uma para realização das aulas de electricidade e outra para canalização.

Os grupos alvos desse Centro são jovens activos desempregados e activos empregados com mais de 16 anos de idade, sem qualificação profissional, com mínimo de 6º ano de

escolaridade, provenientes de todos os Concelhos da ilha de Santiago bem como os de Santo Antão, S.Vicente, Fogo e Brava.

A criação do CFPPB foi por ser Santa Cruz, um Concelho com uma população bastante jovem, com elevado índice de pobreza. Sendo assim nos finais da década de 90 o concelho foi presenteado com mais oportunidades de crescimento e servindo como pólo de atracção para os novos formandos dos concelhos e das ilhas acima referidas.

O centro tem por missão apoiar a concretização dos objectivos de política de formação profissional e emprego, definidos pelo Governo de Cabo Verde e acordados no âmbito da cooperação bilateral com Portugal, procurando obter a máxima eficiência e eficácia, devendo adoptar metodologias e programas polivalentes e flexíveis.

O CFPPB administra cursos como Pedreiro, Paraleleiro/Calceteiro, Carpintaria e Marcenaria, Informática/Internet/Access e outros programas, Gestão de pequenos negócios, Desenho Técnico, Instalação e Manutenção dos Sistemas Informáticos, Manutenção e Reparação de Sistema Informáticos, Marketing e Atendimento, Corte e Costura, Contabilidade para micro-empresários. Estes cursos são administrados em cinco modalidades diferentes: Cursos de Qualificação Profissional, Aprendizagem Formal e Tradicional, Iniciação e Formação Profissional Contínua. Segundo o Director, “o centro tem tido um papel importante na integração dos formandos no mercado de trabalho, servindo como elo de ligação dos jovens com as empresas ou serviços”.

A maioria dos cursos tem por objectivo a integração no mercado de trabalho e os resultados têm sido positivos conforme o estudo feito, exceptuando a área de corte e costura.

No que concerne à capacidade instalada relativamente à procura de formação frisa o Director, de forma decisiva que “na maioria das áreas a procura excede em muito a oferta, exceptuando as de paraleleiro/calceteiro”.

As acções de formação desse centro são desenvolvidas em sintonia com vários parceiros tais como, Câmaras Municipais da ilha de Santiago, Centros de Emprego de Assomada, Praia, Santo Antão, Fogo e Brava, S.Vicente, Escolas Técnicas, Empresas Nacionais, Instituições Públicas, Instituto Nacional de Investigação Agrária, Centros de Juventude, Associações, Ligas, Fundações e Instituições Religiosas e conta com apoio imprescindível da Cooperação Portuguesa.

2 Notas Metodológicas

2.1 Determinação da Amostra

Na determinação da Amostra foi levada em consideração as variáveis seguintes:

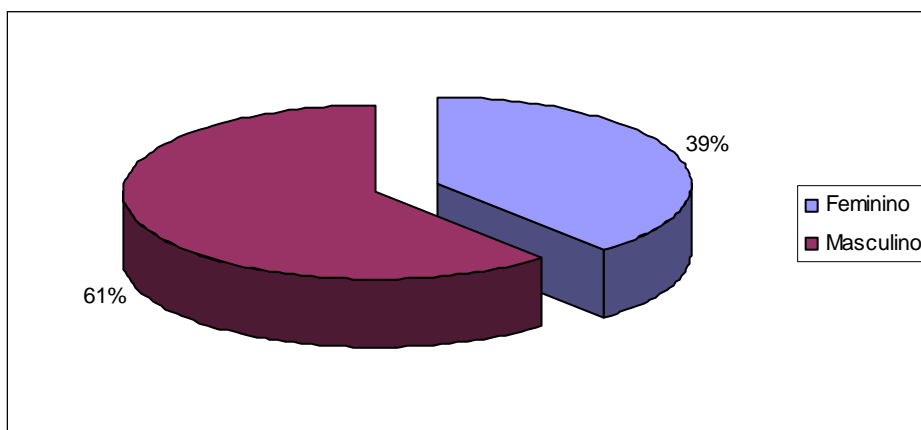
- a) Localização: Teve como limite geográfico o Concelho de Santa Cruz
- b) Amostra: foram utilizados amostragens por acessibilidade ou por conveniência e foram escolhidos 75 formandos dos 224 formandos da qualificação profissional.

3 Resultado da Pesquisa

Antes da execução do inquérito foi aplicada um pré-teste, de forma a esclarecer e certificar algumas questões pertinentes. Para isso foram realizadas 11 inquéritos, envolvendo ex-formandos de todos os cursos de qualificação profissional desde 2002 a 2005. Após o teste procedeu-se a reformulação de algumas perguntas que tinham causado alguma dúvida.

3.1 Perfil dos formandos

Gráfico 3-Sexo dos formandos



De acordo com o gráfico, dos 75 formandos que responderam o inquérito 39% é do sexo feminino e 61% é do sexo masculino, com isso pode-se dizer que todos os cursos são

mais frequentados pelos homens do que as mulheres. Isto verifica-se em todas as formações realizadas, exceptuando curso de corte e costura.

Quadro 4 - Cursos por sexo dos formandos

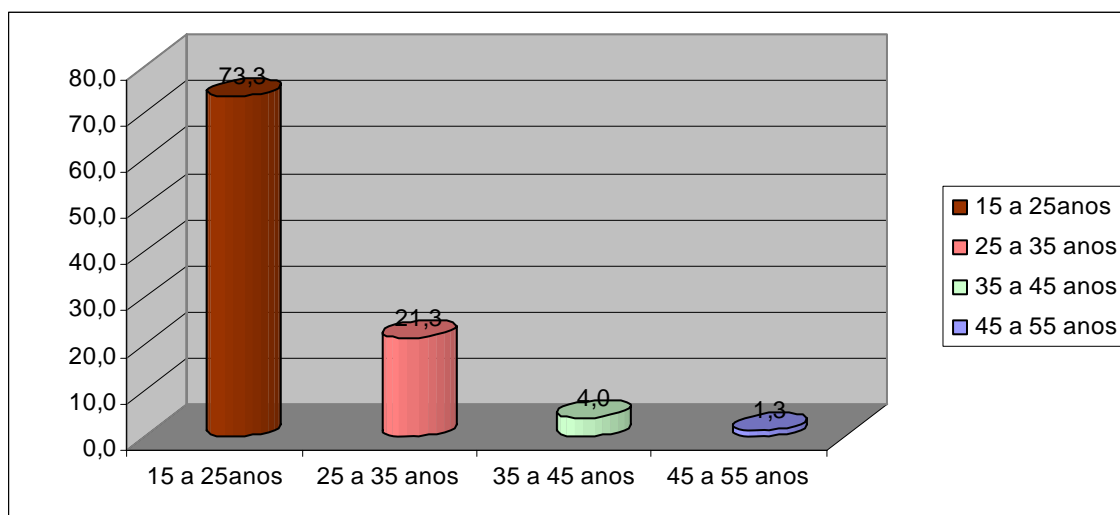
Cursos	Sexo	
	Masculino	Feminino
Pedreiro	29,3	1,3
Instalação e Manutenção de Sistemas Informáticos	13,3	8,0
Carpintaria e Marcenaria	17,3	
Corte e Costura		25,3
Informática Básica	1,3	4,0

Numa análise por áreas de formação frequentadas por ex-formandos, surgem, em primeiro lugar, o curso de Pedreiro, Corte e Costura, com 30,7% e 25,3%, seguida pelo curso de Instalação e Manutenção dos Sistemas Informáticos e Carpintaria e Marcenaria, com 21,3% e 17,3% respectivamente e informática com 5,3%.

Em análise do quadro numa distribuição por sexo, constata-se que, entre as mulheres, o curso mais frequentadas é o de corte e costura com 25,3%, seguida por instalação e manutenção dos sistemas informáticos. O Pedreiro surge como o curso mais frequentado entre os ex-formandos do sexo masculino com 29,3%, seguindo-se a Carpintaria e Marcenaria com 17,3% e a Instalação e Manutenção dos Sistemas Informáticos com 13,3%. Alguns cursos dito tradicionalmente masculinos como Pedreiro há pouca presença dos formandos do sexo feminino, para não dizer que não existe, pois existe uma mulher para cada acção de formação, não se sabe se há pouca procura por parte desse género, e na área de Carpintaria e Marcenaria

não se verificou nenhum ex-formando do sexo feminino. Do mesmo modo entre os homens não se registou nenhum ex-formando no curso de corte e costura.

Gráfico 4-Formandos segundo a faixa etária



De acordo com o gráfico, verifica-se a maior concentração dos formandos na faixa etária entre os 15 a 25 anos com 73,3 % seguido por faixa etária entre 25 a 35 anos de idade com 21,3%. Isso explica o facto de existir maior demanda dos jovens à procura do primeiro emprego do que os restantes grupos.

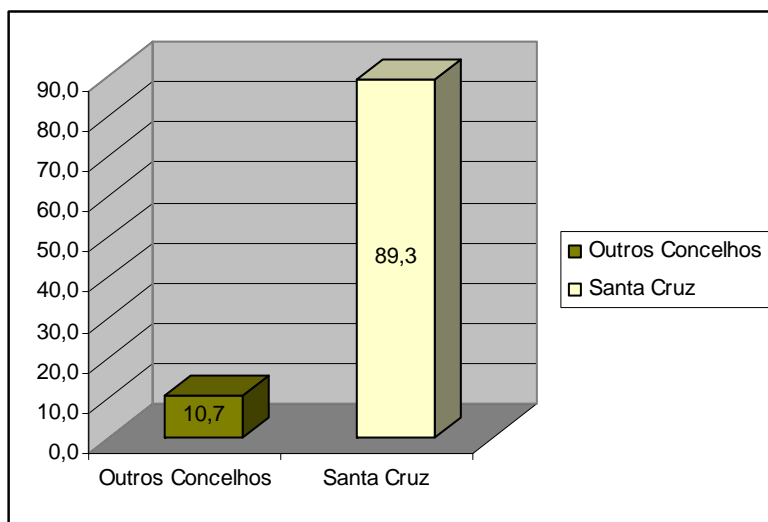
Quadro 5 - Nível de escolaridade e sexo dos formandos

Sexo	4ªClasse	6ªClasse	9ºAno	10ºAno	11ºAno	12ºAno	Outro
Feminino	1,3	6,7	2,7	4,0	4,0	13,3	6,7
Masculino		18,4	6,7	1,3		13,3	21,3

Observando o quadro em relação a nível de escolaridade, em primeiro lugar surge outro (7º ano e 8º ano de escolaridade) com 28,0%, com 26,7% o 12ºano, em terceiro lugar surge o 6ºano com 25,3%, o 9ºano com 9,3%, o 10ºano com 5,3% e uma percentagem insignificante possuem o 4ºano. Verifica-se que entre as mulheres 13,3% têm 12ºano, o 6ºano e outro respectivamente com 6,7%, 10ºano com 4,0%. Entre os homens a grande maioria possui o 7º

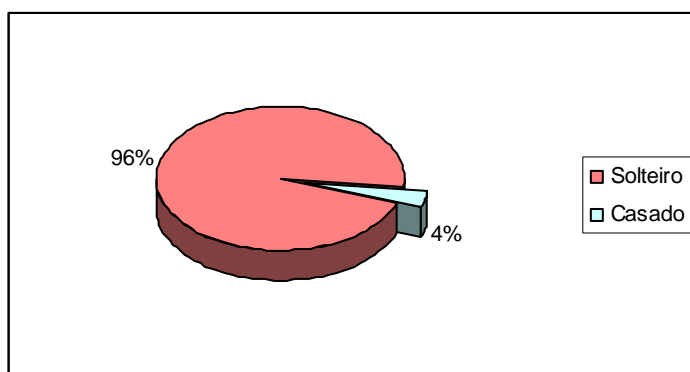
e 8ºano (outro) com 21,3% contra 18,4% com 6ºano e 13,3% têm o 12ºano e um número insignificante têm o 10ºano. Salienta-se o facto de que apenas um número insignificante das mulheres possuem o 4º, 9º e 11ºano, com 1,3%, 2,7% e 4,0%.

Gráfico 5-Formandos por Concelho



Em análise do gráfico, 10,7% são de outros concelhos entre os quais Santa Catarina, Tarrafal e S.Miguel e 89,3% são de Santa Cruz, o que justifica a razão desta pesquisa, pois ela recai sobre este concelho.

Gráfico 6-Sexo dos formandos



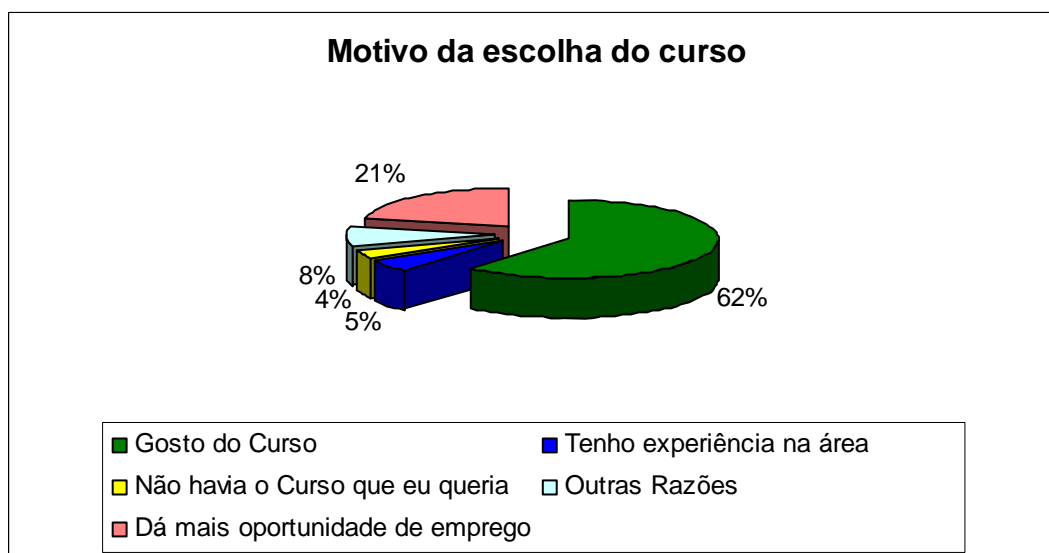
Segundo o gráfico é de realçar que a maioria dos formandos são solteiros com cerca de 96% e uma percentagem bastante insignificante dos formandos são casados, constata-se que

há mais procura da formação por parte dos solteiros do que os casados. Do mesmo modo isso explica pelas razões referidas anteriormente em análise da idade dos formandos.

3.2 Formação Profissional

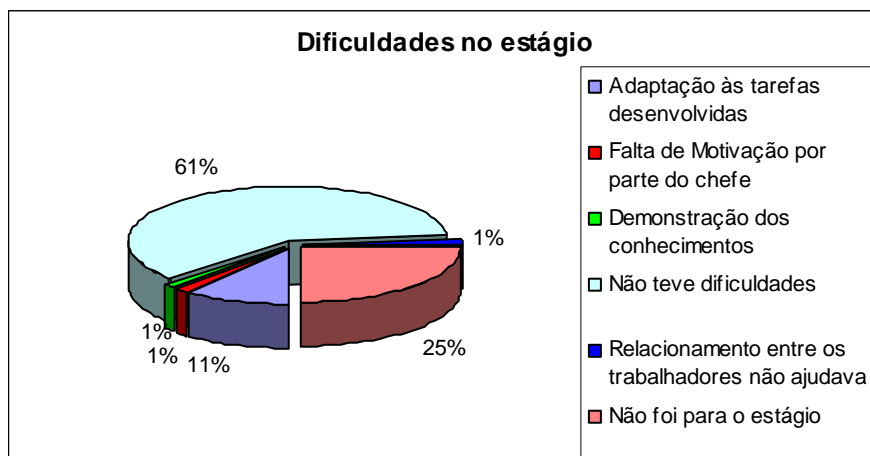
No que diz respeito a duração dos cursos, todos os cursos demoraram menos que 1 ano. Isso explica-se pelo facto de que todos os cursos oferecidos pelo CFPPB são menores que 1 ano. O curso com menos carga horária foi corte e costura com apenas 700 horas.

Gráfico 7-Motivo da escolha do curso



O gráfico elucida que a grande maioria dos ex-formandos (62%) fizeram-na porque gostam do curso, 21% contestaram que com essa formação vão ter mais oportunidade de emprego e apenas 4% responderam que não havia curso que queriam.

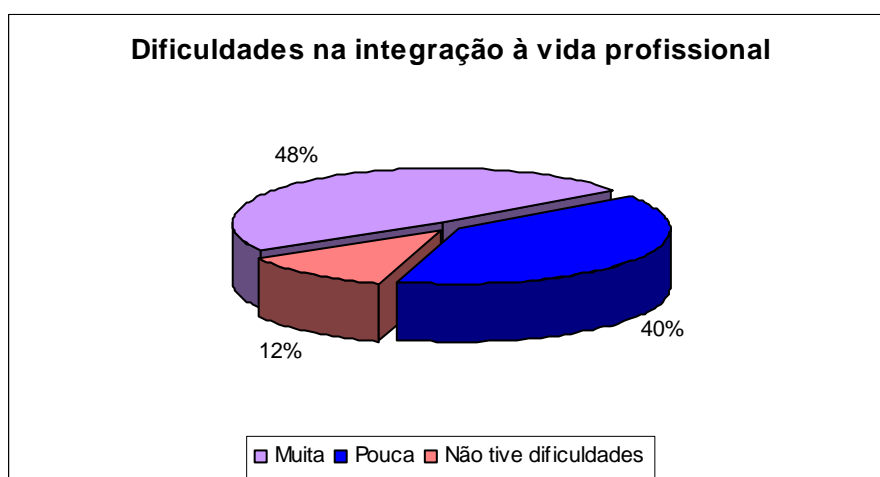
Gráfico 8-Dificuldades no estágio profissional



O gráfico acima referido explica que, 61% dos ex-formandos não teve nenhuma dificuldade durante o período de estágio, 25% não foi para o estágio principalmente os de corte e costura (segundo as formandas), algumas explicaram que na altura não havia empresa disponíveis para se estagiarem, outras disseram que o local do estágio ficava na cidade e não tinham meios para sustentar a estadia ou de regressar a casa todos os dias. Cerca de 11% deles confirmaram que não conseguiram adaptar a algumas tarefas desenvolvidas e uma minoria de 1% respondeu que não tinha nenhuma motivação por parte do chefe, o relacionamento entre os trabalhadores não ajudava no desenvolvimento das actividades e outros confirmaram que não conseguiram demonstrar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso porque o tempo de estágio foi limitado.

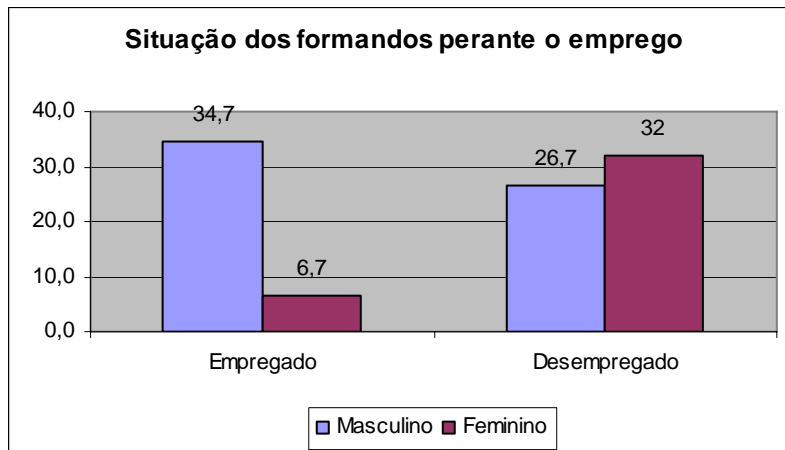
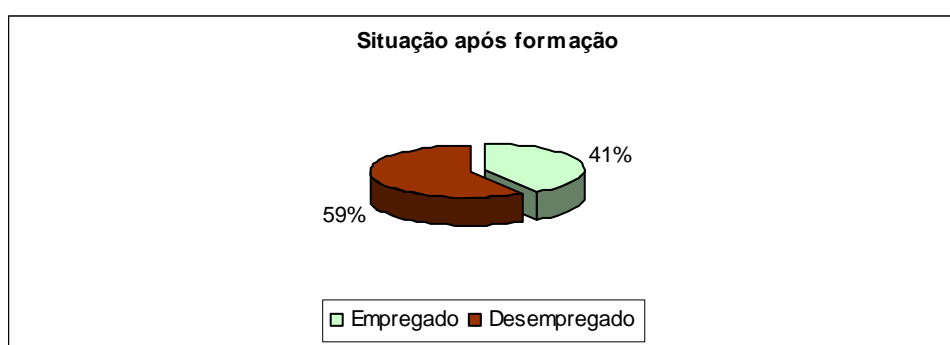
3.3 Situação Após a Formação

Gráfico 9-Dificuldades na integração à vida profissional



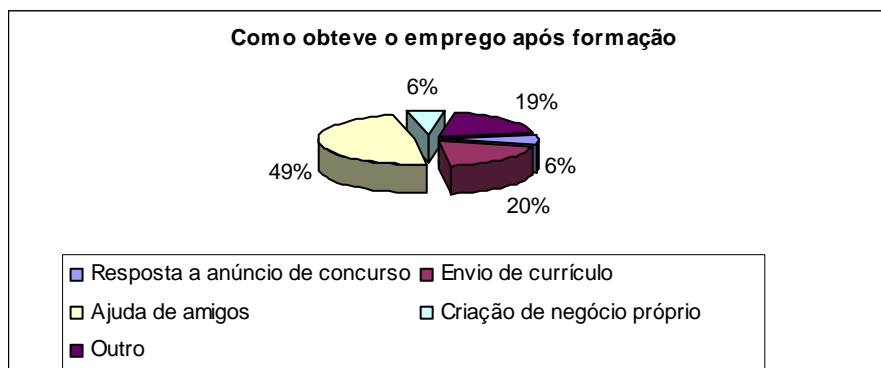
Através da análise do gráfico verifica-se que 48%, caracterizando a metade dos inqueridos tiveram muitas dificuldades, o que representa um número bastante elevado dos ex-formandos que ainda não se integraram nas actividades profissionais, contra 40% que tiveram pouca dificuldades visto que demoraram menos que seis meses para encontrar emprego, enquanto que 12% não teve nenhuma dificuldade porque logo que saíram da formação conseguiram trabalhar.

Gráfico 10-Situação dos formandos perante o emprego



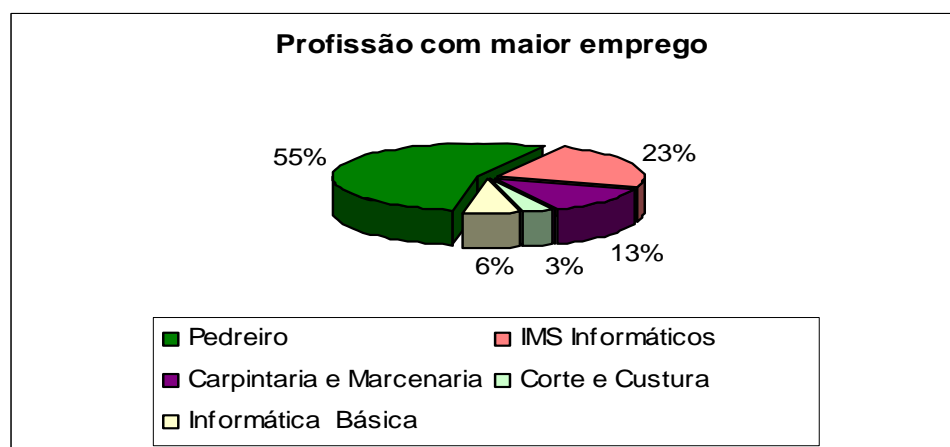
Dos resultados dos gráficos acima supracitados, dos 75 ex-formandos da qualificação profissional que responderam ao inquérito, 59% está desempregado correspondendo um total de 44. O desemprego afecta, de forma distinta ambos os sexos, entre os ex-formandos do sexo masculino cerca de 26,7% encontra-se desempregado e a taxa de desemprego é muito mais elevada para o sexo feminino, atingindo os 32%.

Gráfico 11-Meios de obtenção de emprego



No gráfico 11 nota-se que dos inqueridos empregados, 49% obtiveram emprego através de ajuda de amigos porque sabiam que terminaram a formação e contactaram-nos para trabalharem com eles, 20% obtiveram-no através de envio de currículo e através de conhecimentos pessoais nos vários serviços quer pública quer privado, 6% através da resposta a anúncios de concursos e uma minoria apostaram na criação do seu próprio negócio (6%) com o crédito cedido pelo CFPPB. Desses empregados um total de 74%, demoraram menos que seis meses a obter o primeiro emprego, enquanto que 13% encontraram o emprego depois de seis meses a 1 ano disseram que foi muito difícil porque contactaram vários serviços/empresas e não conseguiram trabalho. E 13% dos ex-formandos não obteve emprego na área em que formaram, pois, alguns deles estão a trabalhar na agricultura, e entre outras profissões que não é da área de formação.

Gráfico 12-Profissão com mais emprego



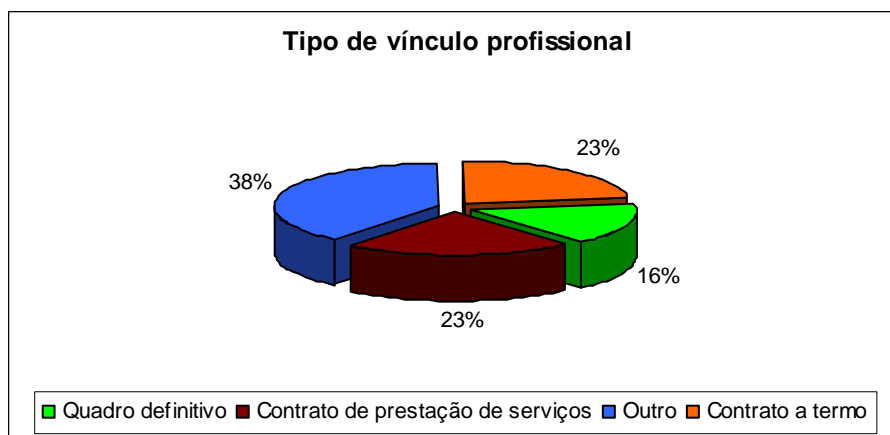
Segundo o gráfico, nas profissões com maior emprego, surge, em primeiro lugar, o Pedreiro com 55%, isto justifica-se pelo facto de ser um curso a ser leccionado desde a criação do CFPPB (em 2002), seguida de Instalação e Manutenção dos Sistemas Informáticos

com 23% e Carpintaria e Marcenaria com 13%. São cursos com maior oferta de emprego. E o curso com maior número de desempregado, é o de corte e costura (com 41%) não teve credibilidade das empresas/micro-empresas, visto que nenhuma delas apostaram nos novos formandos não se sabe se é por falta de verbas ou porque não acreditaram nas capacidades de inovação das formandas. Com isso deveria existir um estudo para averiguar as necessidades do mercado em termos de quadros precisos, só assim pode-se afirmar com solidez que se está a formar com qualidade para a melhoria do mercado em termos de mão-de-obra qualificada.

Interrogado sobre a razão do desemprego, responderam que não há emprego no mercado (62%), não tem experiência profissional (11%) e alguns contestaram afirmativamente que não estão interessados em trabalhar e apenas 2% afirmaram que o emprego não é compatível com o curso.

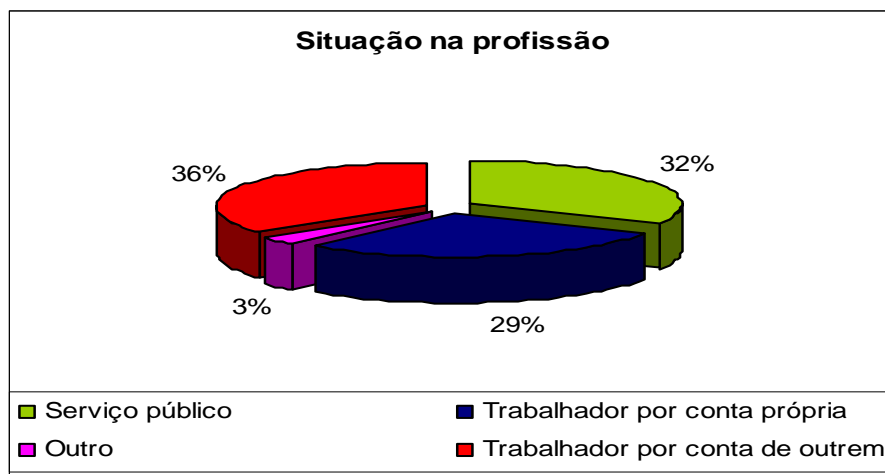
Em relação à duração do desemprego, a grande maioria encontra-se desempregado há menos que seis meses (38%), há mais de 1 ano (32%) e menos de 1 ano (25%), por razões referidas anteriormente. No que se refere as diligências feitas para encontrar emprego alguns, fizeram contactos pessoais (64%), participação em concursos (18%) e outros não tem feito nada (11%).

Gráfico 13-Tipo de vínculo profissional



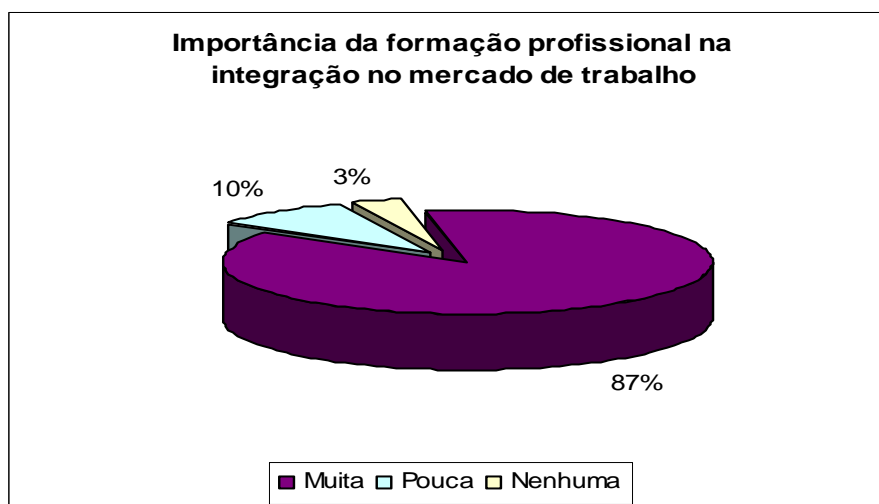
Examinando o gráfico, 38% (quase a metade deles) não têm nenhum tipo de contrato (outro), pois são trabalhadores que executam as tarefas e ganham o seu salário no mesmo dia ou no final de semana, sem nenhum tipo de compromisso com o proprietário, 23% possuem contrato de prestação de serviços e contrato a termo, respectivamente, como é o caso de alguns técnicos alguns prestam serviços e outros têm um contrato a termo com o serviço, enquanto que 16% são do quadro definitivo.

Gráfico 14-Situação na profissão



Em termos de enquadramento dos ex-formandos na profissão, segundo o gráfico acima, 36% são trabalhadores por conta de outrem, 32% trabalham nos serviços públicos e 29% trabalham por conta própria e 3% tem outro enquadramento e preferiram não dizer nada a cerca desse assunto.

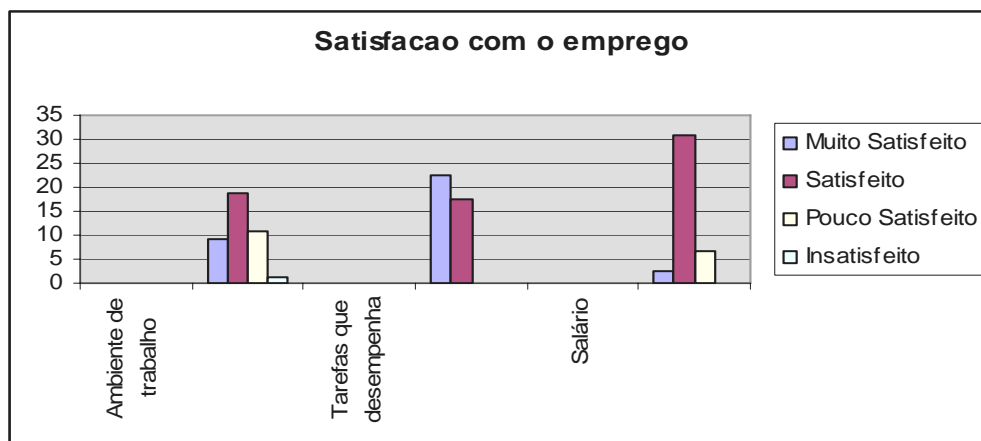
Gráfico 15-Importância da formação profissional na integração no mercado de trabalho



Segundo o gráfico a maioria dos formandos num total de 87%, responderam que a formação profissional teve muita importância na sua integração no mundo de trabalho, porque se não fosse esta formação ainda encontravam desempregados, sem nenhuma formação à espera de alguma oportunidade de emprego e 10% responderam que teve pouca importância, pois a formação profissional não teve grande realce na sua integração à vida profissional

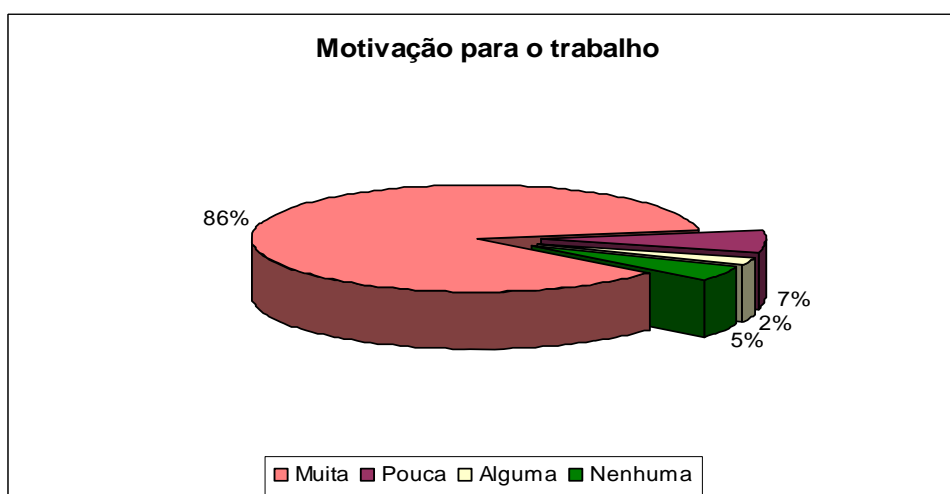
contudo conseguiram o emprego não por ter uma formação mas sim por mérito próprio e um número insuficiente considera que não teve nenhuma importância.

Gráfico 16-Grau de satisfação com o emprego



No gráfico acima, verifica-se que, 40% dos ex-formandos estão satisfeitos com os trabalhos que desempenham, 33,3% estão satisfeitos com o salário que recebem. Quanto ao ambiente de trabalho o grau de satisfação é menor, atingindo menos que metade dos inqueridos, cerca de 28%. Uma percentagem não muito significativa, 12% está um pouco ou insatisfeito com o ambiente de trabalho.

Gráfico 17-Motivação para o trabalho



De acordo com o gráfico, um total de 86%, responderam que tem muita motivação para o trabalho, pois têm feito muito empenho, participaram em alguns concursos, fizeram

contactos pessoais, derem resposta à alguns anúncios, e.t.c. Cerca de 14% tem pouca ou nenhuma motivação para trabalhar, contudo não tem feito nada para encontrar emprego. Desta percentagem notou-se que não estão interessados em trabalhar e foram ao curso porque não havia alternativa. Chega-se a conclusão de que não gostaram do curso.

4 Impacto da Formação Profissional no Concelho de Santa Cruz

4.1 Formação Profissional na melhoria das condições de vida dos formandos

A formação profissional é o instrumento fundamental na preparação dos trabalhadores para o desempenho de determinada função, para aumento de conhecimentos, para desenvolvimento de aptidões como também facilita o desenvolvimento de competências – capacidade pessoal de articular os saberes (como saber, saber-fazer, saber-ser).

O **saber-fazer** tem a ver com a prática (técnicas, procedimentos e as estratégias que constituem as actividades do trabalho). O **saber** diz respeito aos conhecimentos técnicos e tecnológicos. O **saber-ser** diz respeito não só a atitudes, mas a valores, objectivados pelos indivíduos no seu quotidiano.

A formação profissional gera externalidades¹⁵ positivas indirectas seja no concelho como no país, com quadros profissionais mais qualificados, mais produtivos, mais participativos e mais competitivos na economia. Tudo isto propicia mais ganhos de produtividade e competitividade do país, em termos macroeconómicos.

¹⁵ As externalidades, são consequências de ordem económica que decorrem da acção de um agente económico sobre o outro agente económico. Por exemplo, uma instituição que promove uma acção de formação profissional, a formação terá um efeito interno na medida em os formandos são aproveitados pela instituição que tira vantagens da prestação desses indivíduos. No entanto, há um efeito externo, em relação aos funcionários que ficam mais capacitados e vêem melhorado o seu nível de vida. Mesmo para a sociedade sobra uma economia externa, pelo aumento do nº de cidadãos com qualificações, fazendo com que a produção nacional seja, em potência, maior. É pois um efeito externo positivo; uma economia externa positiva.

Por outro lado (a nível social), a formação profissional propicia o desenvolvimento de habilidades, capacidades e o saber fazer dos colaboradores, de forma a poderem desempenhar com destreza e sobriedade as suas tarefas para as quais estejam cometidos.

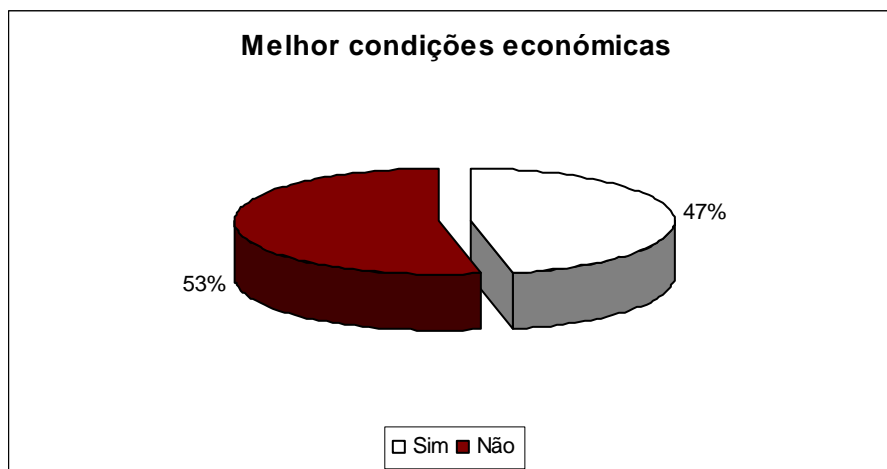
Ademais, ela favorece o desenvolvimento dos comportamentos, das atitudes favoráveis dos formandos e fazendo-os ter a consciência das diversas formas de tratamento em diversos contextos sociais e em diversas situações.

No entanto, a formação profissional traz mudanças positivas na vida dos formandos que se sentem mais capacitados e mais preparados em termos do saber, saber-fazer, saber-estar, saber-ser e comportar, face ao mercado de trabalho como também na sociedade, elevando a melhoria das condições de vida dos formandos e dos que com e deles dependem.

A formação profissional teve um impacto positivo na melhoria das condições de vida dos formandos visto que todos os cidadãos que participaram numa acção de formação deram um passo importante no avanço da economia e no mercado de trabalho e na sua própria realização pessoal e social no que diz respeito ao aumento de quadros qualificados e no seu próprio bem-estar.

Antes de terem participado em qualquer acção de formação a maioria dos formandos encontravam-se desempregados sem mínimas condições de acesso a primeiro emprego, visto que são indivíduos com baixo rendimento escolar (6ºano de escolaridade) outros até têm 12ºano mas acreditaram na formação como meio de garantir maior estabilidade no emprego e inserção social como também no mundo de trabalho.

Gráfico 18-Melhor condições económicas



De acordo com o gráfico acima, cerca de 53% dos inqueridos, afirmaram que com esta formação não conseguiram melhorar a sua condição económica, creram que logo findo o curso ingressariam no mercado de trabalho contribuindo no desenvolvimento da vida dos familiares, do concelho bem como o do país e das suas próprias vidas, contudo não estão desiludidos mas sim felizes por ter participado nesta acção de formação e ainda adiantaram que uma pessoa com uma formação já tem um dos requisitos exigidos para integrar no mundo laboral. De acordo com as percentagens de desempregados é de se afirmar que esta formação não está a corresponder as expectativas do mercado, pois os formandos não estão sendo bem aproveitados por parte das empresas ou dos serviços.

Mas 47% dos questionados afirmaram que esta formação veio em boa hora todavia houve uma grande transformação na sua vida financeira, como também na vida dos familiares. As razões dessas mudanças de entre os vários casos de sucessos destacam, por exemplo: um pedreiro afirmou que antes de participar nesta formação ganhava apenas 300\$00 por dia, agora tem um ganho de 1500\$00 por dia totalizando 45.000\$00 por mês. Um outro caso de sucesso é de um simples pedreiro que acreditou nas suas capacidades de modificar a sua vida, através dessa formação criou o seu próprio negócio e agora tornou-se num dos grandes empreiteiros do concelho. Para terminar ainda disse que sem esta formação ele continuaria a ser um “Zé-ninguém” ou um infeliz à espera de alguma coisa para fazer.

Seria conveniente analisar o impacto de formação profissional a nível de crescimento de empregos mas não há dados palpáveis que permitam examinar se aumentou ou não o número de empregados no concelho. Mas a partir do estudo realizado pode-se afirmar que houve um aumento não muito significativo de empregados.

4.2 A criação de auto-emprego como factor de desenvolvimento

A aderência cada vez maior dos indivíduos ao sistema educativo tem vindo a possibilitar que os recursos humanos, altamente qualificados, fomentem o desenvolvimento e extensão do sistema de trabalho e, conseqüentemente, económico, a outras áreas de actividade.

O caso mais urgente é a criação do próprio emprego, acção protagonizada pelo “jovem empreendedor”. Os “excessos” de mão-de-obra qualificada, para os teóricos da economia, tendem a expandir o sector dos serviços, ou são solicitados recursos humanos mais qualificados, onde, aliás, os menos qualificados têm menos hipóteses de empregabilidade. Daqui pode deduzir-se uma explicação possível, entre muitas, para a expansão do sector terciário e uma razoável integração profissional dos recursos humanos com formação escolar superior. Mas nem aqui os teóricos da economia podem opor-se o facto de que a educação está a corresponder às necessidades da economia porque são actores, altamente qualificados que, à saída dos cursos, desenvolvem, criam e muitas vezes “inventam” o seu próprio emprego, que nada tem a ver com as necessidades criadas ou manifestadas pelo sistema económico. O que acontece é que o sistema económico também se vai apropriando dessas novas actividades. Porque passa a existir e o sistema económico passa a precisar delas¹⁶.

Nota-se que dos 242 ex-formandos da qualificação profissional, 6% deles apostaram na criação do seu próprio negócio com o crédito cedido pelo CFPPB, através do programa Fundo de Inserção na Vida Activa, programa este para quem queira iniciar ou expandir o seu negócio. Alguns trabalham sozinho, outros têm até dois ou três trabalhadores.

As micro-empresas contribuem para a criação da riqueza nacional, *com apenas 1,5% do Valor Acrescentado Bruto, e 1997 aumentando a sua contribuição na produção nacional*

¹⁶ www.ipv.pt/millennium2525_26.htm – Consultado a 12 de Março de 2004

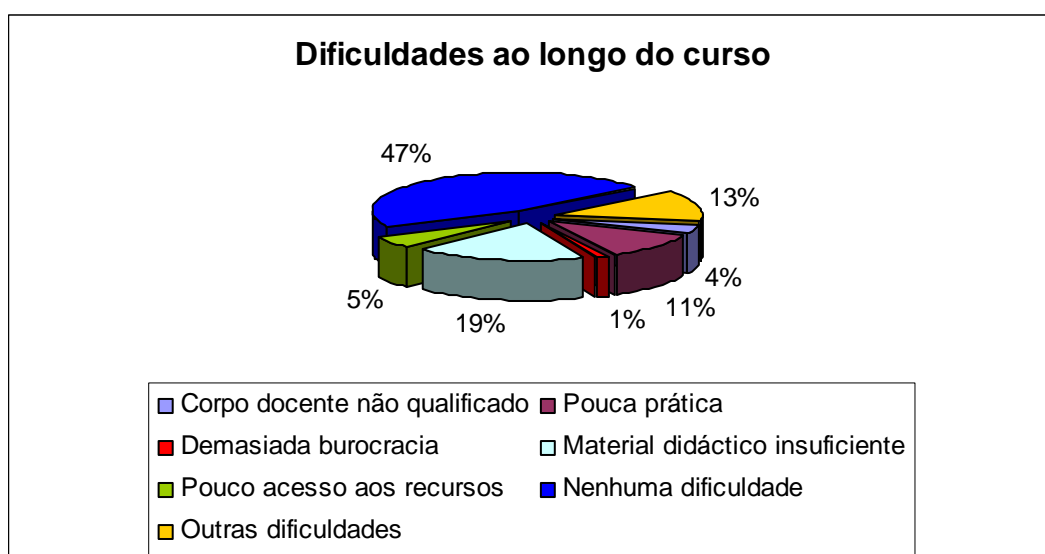
para aproximadamente 5% do VAB gerado pelas empresas cabo-verdianas em 2000, significando isso que, apesar do seu peso relativo ser ainda incipiente, as micro-empresas apresenta algum impacto na criação da riqueza gerada em Cabo Verde¹⁷.

4.3 Principais entraves e os desafios enfrentados

São várias as dificuldades enfrentadas tanto por parte da instituição do ensino como dos formandos e dos formadores, segundo o Director do CFPPB um dos maiores constrangimentos enfrentados pela instituição é o de recrutamento de formadores, principalmente os da área científico-tecnológica.

Do ponto de vista dos formadores alguns formandos apresentam baixo nível de escolaridade e muitas vezes o desequilíbrio de níveis de conhecimento dificulta o processo aprendizagem dos mesmos. Para que a formação seja um sucesso o CFPPB deve para cada acção de formação ter formandos com o mesmo nível de escolaridade, por exemplo, os de curso de Instalação e Manutenção dos Sistemas Informáticos devem ter todos o 12ºano de escolaridade.

Gráfico 19-Dificuldades encontradas ao longo do curso



¹⁷ Estudo do impacto das microempresas na economia nacional de Cabo Verde, Relatório Final, IEFP, Praia Outubro de 2003 pág.25

Observando o gráfico, do ponto de vista dos formandos, cerca de 47% não se avistou nenhuma dificuldade, mas 19% proferiram que há uma pequena insuficiência dos materiais didácticos 11% dos ex-formandos disseram que as aulas práticas são bastante reduzidas e uma minoria de 4% proclamaram que os formadores não eram qualificados, ou seja, não tinha todos os requisitos exigidos para exercer actividades de formador.

CONCLUSÃO

O governo, as entidades públicas e privadas, bem como o IEFP tem feito muito para que a formação profissional responda às demandas do mercado, em termos de qualificações necessárias para a promoção do desenvolvimento sócio-económico do país, proporcionando maior oportunidades de formação e de desenvolvimento permanentes dos recursos humanos ao longo da vida mas o sistema de formação profissional ainda não conseguiu estruturar-se de forma a dar resposta à procura social e às grandes necessidades da economia em termos de mão-de-obra qualificada, contudo espera-se que com a implementação do Plano Estratégico para a Formação Profissional como sendo um instrumento orientador para a estruturação desse sistema, resolva e dá orientações necessárias para que a formação profissional seja reconhecida e vista como factor do desenvolvimento.

De acordo com a pesquisa efectuada e do inquérito aplicado aos ex-formandos do CFPPB, conclui-se que:

- Cerca de 59% dos ex-formandos que frequentaram a formação encontram-se desempregados, segundo eles, por falta de emprego no mercado;
- A maioria dos formandos (53%) não conseguiram melhorar a sua vida financeira visto que não conseguiram integrar no mercado de trabalho; Mas dos 47% dos ex-formandos que integraram no mundo laboral, estão muito satisfeitos com a formação, pois esta teve grande importância na sua integração à vida profissional;
- A formação profissional teve um impacto positivo na vida dos ex-formandos porque lhes tornaram capazes para o exercício de uma profissão sendo este um factor de progresso individual e social, possibilitando-lhes uma maior inserção socioprofissional o que permitiram ver melhorada a sua qualidade de vida;
- Uma das maiores dificuldades experimentadas pela organização é a falta de formadores do nível técnico-científico no mercado interno, o que implica o recrutamento de formadores de outros concelhos, com consequências directas na abertura de novos cursos; os diferentes níveis e o baixo nível de conhecimentos dos formandos dificultam o processo aprendizagem;

➤ Não há um seguimento dos formandos por parte do CFPPB após a formação que lhes permitam conhecer a eficiência e a eficácia das formações realizadas;

Pode-se concluir que as profissões com maior emprego surgem, em primeiro lugar, o Pedreiro com 55%, seguida de Instalação e Manutenção dos Sistemas Informáticos com 23% e Carpintaria e Marcenaria com 13%. São cursos com maior oferta de emprego. E o curso com maior número de desempregado, é o de corte e costura (com 41%) “não teve credibilidade” das empresas/micro-empresas, visto que “não acreditaram nas capacidades de inovação das formandas”.

Com este trabalho constata-se que efectivamente a formação profissional no concelho de Santa Cruz teve impacto positivo na melhoria das condições/qualidade de vida de grande parte das pessoas que a frequentaram e trouxe mudanças positivas na vida das mesmas que se sentem mais capacitados e mais preparados em termos do saber, saber-fazer, saber-estar, saber-ser e comportar, face ao mercado de trabalho como também na sociedade, portanto com essa formação houve maior integração dos jovens no mundo de trabalho, teve grandes consequências nas mudanças no nível socio-económicas dos formandos, visto que ao terminarem a formação alguns dos formandos integram ou reintegram imediatamente no mercado de trabalho e em última instância traz mudanças positivas no desenvolvimento do próprio concelho com quadros profissionais mais qualificados, mais produtivos, mais participativos e mais competitivos na economia. Tudo isto propicia mais ganhos de produtividade e competitividade no concelho e no país, em termos macroeconómicos. Conclui-se igualmente o facto destas mudanças não serem muito substanciais, devido sobretudo a necessidades de realização de melhorias diversas no processo de realização dessas acções de formação no concelho. Cerca de 6% dos inquiridos neste estudo apostaram na criação do seu próprio negócio (Microempresas) com o micro-crédito (no valor máximo de 500.000\$00, sem juro) cedido pelo Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo (CFPPB), através do programa Fundo de Inserção na Vida Activa (FIVA), programa este para quem queira iniciar ou expandir o seu negócio. Alguns desses micro-empresários trabalham com dois e até três trabalhadores. No que tange a este assunto o CFPPB segue de perto todos os passos desses jovens empreendedores até conseguirem andar com os seus próprios pés.

Também pode-se concluir que seria muito útil fazer uma análise do impacto de formação profissional a nível de crescimento de empregos mas não foi possível, pois não existem dados palpáveis que permitam examinar se aumentou ou não o número de empregados no concelho. Mas a partir do estudo realizado pode-se afirmar que houve um aumento não muito significativo de pessoas empregadas.

RECOMENDAÇÕES

No ponto de vista económico, citado por Chiavenato, Idalberto (2000), *a eficácia de uma empresa refere-se à sua capacidade de satisfazer uma necessidade da sociedade por meio do suprimento de seus produtos enquanto que a eficiência é uma relação técnica entre entradas e saídas*. Podemos, assim dizer que *a eficiência é uma relação entre custo e benefício, ou seja uma relação entre os recursos aplicados e o produto final*.

Para que o Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo tenha capacidade de satisfazer as necessidades do mercado e ter uma boa relação entre os meios/recursos aplicados e o produto final (formandos bem qualificados) e nas áreas mais precisadas pela sociedade tem de efectuar e de fazer o estudo de mercado, todavia quanto mais informações se tem, sobre as necessidades, gostos ou exigências das pessoas e/ou organizações melhor podemos definir as características dos produtos e serviços por forma a satisfazer o mercado, ou seja, a empresa/organização deve estar voltada para o mercado. Assim sendo, propõe-se que o Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo, deve formar com qualidades em áreas que mais geram empregos, apostando no empreendedorismo seja a nível local, regional e a nível do país, só assim torna-se numa organização capaz de responder todas as necessidades do mercado.

De acordo com o inquérito realizado e o estudo feito, os cursos mais necessitados e mais desejados são de contabilidade (29%), electricidade e gestão comercial ambos com 25% e entre outros, como a canalização, etc. São cursos com credibilidade no mercado, pois são cursos precisos para o concelho, visto que há pouco pessoal habilitado nestas áreas. Recomenda-se portanto a abertura desses cursos no Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo

O CFPPB deve apostar fortemente em formação dos formadores principalmente nos formadores locais nas áreas que mais lhe faz falta.

Aconselha-se que para cada tipo de formação, todos os formandos devem ter os mesmos níveis de escolaridade ou de conhecimento porque só assim, acompanharão com precisão todas as matérias ou conteúdos apresentados, facilitando a aprendizagem.

Recomenda-se também que o CFPPB estagia os seus formandos fora da instituição visto que alguns dos formandos estagiaram na própria instituição e ficaram com a sensação de que durante o período de estágio estavam nas aulas práticas principalmente os da área corte e costura representando um total de 25% dos formandos que responderam no inquérito que não foram para o estágio profissional.

Não se deixa de recomendar ao CFPPB que promovesse palestras e seminários para micro-empresários que os ajudassem na gestão da empresa.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, ILÍDIO. Santiago de Cabo Verde A Terra e os Homens, Lisboa, 1964
- CALDEIRA DIAS, MÁRIO. (1997) Avaliação das Políticas de Emprego e Formação. Lisboa. Edição Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- CARIDE, J. A. e VARGAS, G. (2002) La education como Desarrollo: una Visión estratégica y humanista. Diálogos, n.º 31-32, vol.3
- CARRÉ, PHILIPPE e CASPAR, PIERRE. Tratado das Ciências e das Técnicas da Formação. Edição Horizontes Pedagógicos.
- CHIAVENATO, IDALBERTO. (2000) Introdução à Teoria Geral da Administração. 6ª Edição. Rio de Janeiro. Campus. 2000.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA O EMPREGO – CIME (Abril de 2001) Terminologia de Formação Profissional. Edição Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional. Lisboa. 2001.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA O EMPREGO – CIME (Novembro de 2001) Direcção Geral da Juventude. (Setembro de 2004) Orientações para os Jovens que procuram e criam emprego. Guia de Emprego.
- Enciclopédia dos Pais. (1ª Edição 2001). Escolher a Profissão. Volume V. Lisboa. Edição. 1ª Edição Novembro de 2001.
- Estratégias Empresariais e Competências – Chaves. Editor Observatório do Emprego e Formação Profissional. Lisboa. Dezembro de 2000.
- GIL, ANTÓNIO CARLOS. (1999) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social/António Carlos Gil. 5ª Edição. São Paulo. Atlas. 1999.
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (1994) As Novas Competências Profissionais, FORMAR, Revista dos Formadores, número 10, 1994 (Fev. /Mar e Abril).
- KOVÁCS, ILONA. (1998). Qualificações e Mercado de Trabalho. Edição Instituto de Emprego e Formação Profissional. 2ª Edição Fevereiro de 1998.
- LOURENÇO e MENDES (1999), Percursos sócio profissionais dos diplomados do IST, 1999.

MARQUES, MARIA MARGARIDA. (1994) A decisão Política em educação. O Partenariado Sócio-Educativo como Modelo Decisional. O Caso das Escolas Profissionais. Edição Afrontamento. Porto. 1994.

OLIVEIRA DAS NEVES, A. e PEDROSO, PAULO. (Janeiro de 1997) Emprego, Formação e Desenvolvimento Região Alentejo. Edição Instituto de Emprego e Formação Profissional. Lisboa. 1997.

PALMA RITA, JOSÉ JOAQUIM. (1997), As Organizações Públicas na Qualificação das Regiões: Reflexões sobre uma Iniciativa, no Alentejo. Edição Instituto de Emprego e Formação Profissional. Junho de 1997.

RAMALHO, HENRIQUE. Economia, Trabalho, e Educação, Disponível em http://www.ipv.pt/millennium/Millennium25/25_26.htm, [consultado em 12 de Março de 2004]

VAZ e GRAÇA, ANABELLA e ISABEL SILVA (1999) Jobrotation – Formação Profissional em Rotatividade. Edição Instituto para a inovação na formação. Lisboa. Abril de 1999.

Documentos normativos

Decreto-lei nº 37/2003, de 6 de Outubro que estabelece o Regime Jurídico Geral da Formação Profissional

Decreto Regulamentar nº 5/95 de 20 de Fevereiro que estabelece a competência dos Centros de Emprego.

Decreto-lei nº 113/V/99, Altera a Lei de Base de Sistema Educativo, Suplemento ao B.O nº 38 de 18 de Outubro, de 1999, I Série.

Decreto Regulamentar nº 16/2005, de 26 de Dezembro que defina o Estatuto de Formando, Suplemento ao B.O nº 52, de 26 de Dezembro, de 2005, I Série.

Decreto-Regulamentar nº 14/2005, de 26 de Dezembro, defina o Estatuto de Formador, Suplemento ao B.O nº 52, de 26 de Dezembro, de 2005, I Série.

Outras Fontes

As Grandes Opções do Plano. Uma Agenda Estratégica, Chefia do Governo. Janeiro de 2002

Constituição da República de Cabo Verde. 1ª Revisão Ordinária 1999. Edição 2000

Câmara Municipal de Santa Cruz, Diagnóstico socio-económico do Concelho de Santa Cruz

Instituto Nacional de Estatística (INE): 2000. Censo

Instituto de Emprego e Formação Profissional (2004) Livro Branco de Formação Profissional,
Edição. Instituto de Emprego e Formação Profissional. Praia. Março de 2004

Instituto de Emprego e Formação Profissional, (2003) Estudo de Impacto de Microempresas
na Economia de Cabo Verde – Relatório Final, Outubro de 2003

ANEXO



Impacto da Formação profissional no concelho de Santa Cruz: 2002-2005

Muito obrigado pela sua colaboração.

Este questionário analisa o impacto da formação profissional no
Concelho de Santa Cruz, no período compreendido entre 2002 a 2005

Por favor responda sinceramente às perguntas.

Por favor, responda às perguntas seguintes.

- [01] Naturalidade
- [02] Idade
- [03] Sexo ☐ Masculino ☐ Feminino
- [04] Morada
- [05] Estado civil

Por favor, escolha a opção correcta e assinala com uma cruz

[06] Qual é o seu nível de escolaridade?

- | | | |
|------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 4ª Classe | <input type="checkbox"/> 9º ano | <input type="checkbox"/> 11º ano |
| <input type="checkbox"/> 6ª Classe | <input type="checkbox"/> 10º ano | <input type="checkbox"/> 12º ano |
| <input type="checkbox"/> Outro | | |

[07] Qual foi o seu curso/formação?

[08] Ano do início do curso ____/____/____

[09] Ano do fim do curso? ____/____/____

[10] Qual foi a duração do curso/formação?

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> Menor que 1 ano | <input type="checkbox"/> De 1 a 2 anos | <input type="checkbox"/> Maior que 2 anos |
|--|--|---|

[11] Qual foi o motivo da escolha do curso?

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Gosto do curso | <input type="checkbox"/> Tenho experiência na área | <input type="checkbox"/> Não havia curso que eu |
| <input type="checkbox"/> Outras razões | <input type="checkbox"/> Dá mais oportunidades de emprego | |

[12] Que dificuldades obteve no estágio?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Adaptação às tarefas desenvolvidas | <input type="checkbox"/> Falta de motivação por parte do chefe |
| <input type="checkbox"/> Demonstração dos conhecimentos | <input type="checkbox"/> Não teve dificuldades |
| <input type="checkbox"/> Relacionamento entre os trabalhadores não | |

[13] Depois de terminar o curso quanto tempo levou a obter o primeiro emprego?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Menos que 6 meses | <input type="checkbox"/> Mais que 1 ano |
| <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano | <input type="checkbox"/> Obteve emprego mas não na área em que |
| <input type="checkbox"/> Não obteve nenhum emprego | |

[14] Com essa formação, conseguiu melhorar a sua condição económica?

- ☐ Sim
☐ Não

[15] Qual foi a importância dessa formação?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Aprendi coisas novas | <input type="checkbox"/> Ajudou-me a encontrar emprego |
| <input type="checkbox"/> Saí com outra visão da formação profissional | <input type="checkbox"/> Não teve nenhuma importância |

[16] Quais foram as dificuldades/constrangimentos encontrados ao longo do curso.

- | | | |
|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> Corpo docente não qualificado | <input type="checkbox"/> Pouca prática | <input type="checkbox"/> Demasiada burocracia |
| <input type="checkbox"/> Material didático insuficiente | <input type="checkbox"/> Pouco acesso aos recursos | <input type="checkbox"/> Nenhuma dificuldade |
| <input type="checkbox"/> Outras dificuldades | | |

[17] Que dificuldades obteve na integração à vida profissional?

- | | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|--|--|
| <input type="checkbox"/> Muita | <input type="checkbox"/> Pouca | <input type="checkbox"/> Não tive dificuldades | |
|--------------------------------|--------------------------------|--|--|

[18] Quantos empregos teve após a conclusão do curso?

- | | |
|-------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Um | <input type="checkbox"/> Mais do que três |
| <input type="checkbox"/> Dois | <input type="checkbox"/> Nenhum |

Se não teve nenhum emprego passe a pergunta 26

[19] Teve o emprego no seu próprio lugar de estágio?

☐ Sim

☐ Não

[20] Qual é o seu enquadramento profissional?

☐ Estagiário

☐ Chefe de equipa

☐ Técnico

☐ Outro

[21] Como obteve emprego?

☐ Resposta a anúncio de concurso

☐ Envio de currículo

☐ Ajuda de amigos

☐ Criação de negócio próprio

☐ Outro

[22] Que tipo de vínculo profissional possui?

☐ Quadro definitivo

☐ Contracto de prestação de serviços

☐ Outro

☐ Contracto a termo

☐ Desempregado

[23] Enquadramento profissional.

☐ Serviço público

☐ Trabalhador por conta própria

☐ Outro

☐ Trabalhador por conta de outrem

☐ Desempregado

[24] A formação profissional teve alguma importância na sua integração no mercado de trabalho?

☐ Muita

☐ Pouca

☐ Nenhuma

[25] Grau de satisfação com o emprego

	Muito satisfeito	Satisfeito	pouco	insatisfeito
Tarefas que desempenha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Salário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ambiente de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

[26] Que cursos gostaria que abrisse futuramente?

- | | | |
|--|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Contabilidade | <input type="checkbox"/> Electrónica | <input type="checkbox"/> Electricidade |
| <input type="checkbox"/> Gestão comercial | <input type="checkbox"/> Secretariado | <input type="checkbox"/> Serralheiro Civil |
| <input type="checkbox"/> Marketing e Comunicação | <input type="checkbox"/> Turismo | <input type="checkbox"/> Outro |

[27] Estaria disposto a custear as despesas de uma eventual formação adicional no horário pós laboral?

- ☐ Sim
☐ Não

Por favor, responda às perguntas seguintes caso se encontre desempregado

[28] Por que razão encontra-se desempregado?

- | | | |
|--|---|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Não há emprego no mercado | <input type="checkbox"/> Empregos não são compatíveis com o curso | <input type="checkbox"/> Outro |
| <input type="checkbox"/> Falta de experiência | <input type="checkbox"/> Não estou interessado em trabalhar | |

[29] Há quanto tempo se encontra desempregado?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Menos de 3 meses | <input type="checkbox"/> Menos de 1 ano |
| <input type="checkbox"/> Menos de 6 meses | <input type="checkbox"/> Mais de 1 ano |

[30] O que tem feito para encontrar emprego nesse tempo?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Participação em concursos | <input type="checkbox"/> Contactos pessoais |
| <input type="checkbox"/> Resposta a anúncios | <input type="checkbox"/> Outros |
| <input type="checkbox"/> Não tenho feito nada | |

[31] Motivação para o trabalho

- | | |
|---------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Muita | <input type="checkbox"/> Pouca |
| <input type="checkbox"/> Alguma | <input type="checkbox"/> Nenhuma |

Guião de entrevista ao Director do Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo

1. Quando começou a funcionar o CFPPB, com quantos formandos, formadores e quais as linhas mestras da sua actuação?
2. Quantas salas de formação existem neste centro?
3. Tiveram dificuldades em encontrar formadores capacitados a um certo nível de formação?
4. Quais são os requisitos/perfis exigidos para exercer actividade de formador no CFPPB?
5. Quais foram os objectivos principais da criação do centro de formação no Concelho de Santa Cruz?
6. Tiveram constrangimentos na integração dos formandos no estágio profissional? Quais?
7. Quais são os critérios utilizados para abertura de curso? Como se processa?
8. Qual é o papel do centro de formação na integração dos formandos no mercado de trabalho?
9. Caso os formandos queiram criar o seu próprio negócio e não tem meios para isso, qual é o papel do CFPPB perante esta situação?
10. Quais são os principais desafios enfrentados pela instituição como por parte dos formandos e dos formadores?
11. Há uma estimativa de quantos formandos estão empregados e desempregados?
12. Quem são e donde provem os grupos alvos desse centro?
13. Quantos tipos de formação são ministrados?

14. Quais são as áreas com maior taxa empregabilidade?
15. Qual é o ratio dos formandos/sala para cada tipo de formação e para cada formador?
16. Todos os formandos estarão aptos para integrar no mundo de trabalho?
17. Há um acompanhamento dos formandos após a formação?
18. Quais são os principais parceiros do CFPPB?

Guião de entrevista aos formadores

1. Os formandos tiveram dificuldades na adaptação das aulas?
(práticas e teóricas)

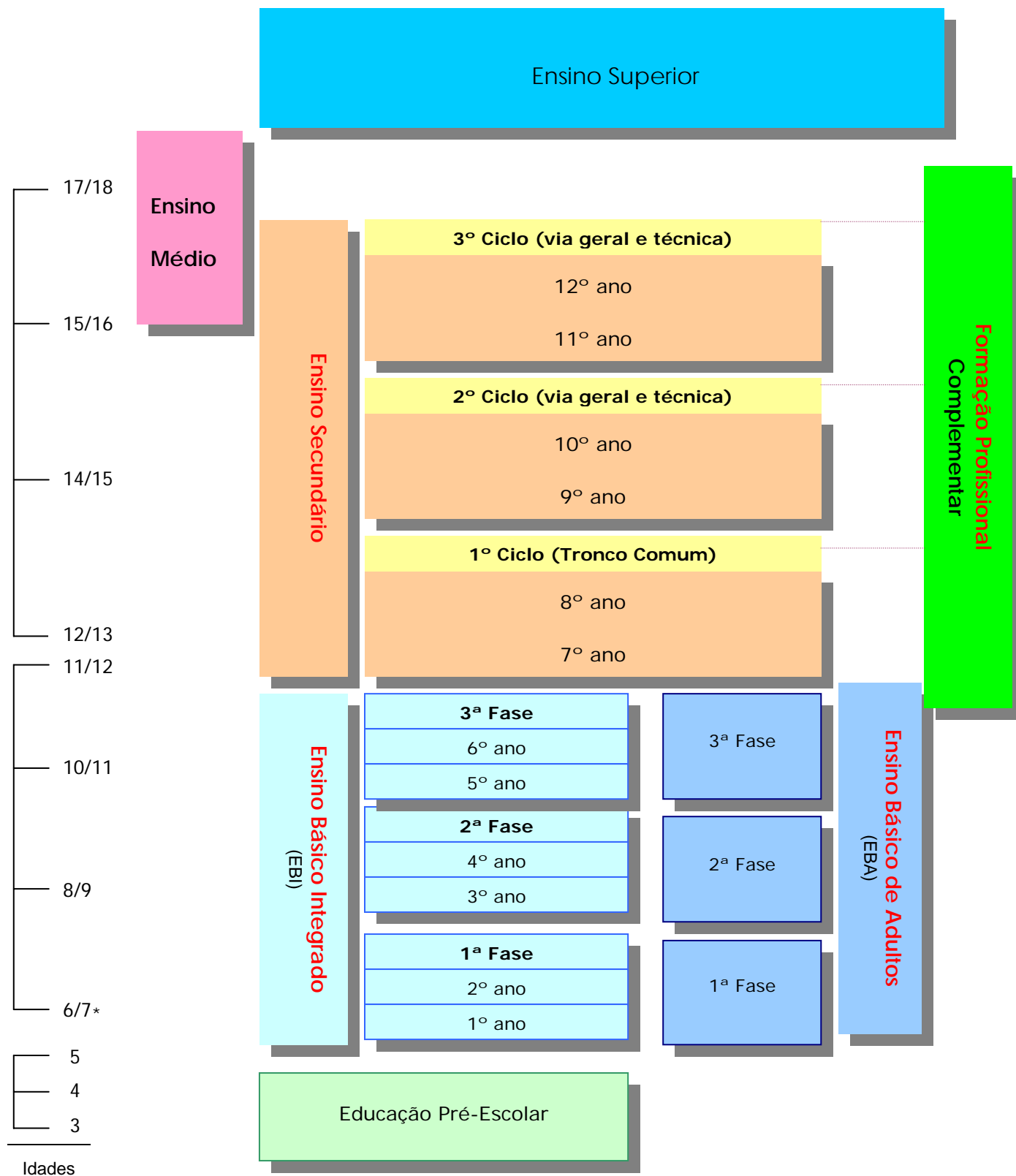
2. Existem todos os materiais necessários para o leccionamento das aulas?

3. Quais são outros constrangimentos encontrados?

4. Todos os formandos estarão aptos para integrar no mundo de trabalho?

5. Algumas pessoas questionam a carga horária de certos cursos, dizem que é insuficiente para o processo/aprendizagem dos formandos. O quê que tem a dizer sobre isso?

ORGANOGRAMA DO SISTEMA EDUCATIVO CABO-VERDIANO 2000/01



Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo

Nomes	Concelho	Formação	Áreas de negócio	Local. do negócio
Beneficiário de FIVA de 2003 a 2005				
Arlindo Pereira e Herculano Oliveira	Praia	Ecar.Obras	Construção civil	Pensamento
José Manuel Teixeira de Barros	S. Catarina	Pedreiro	Construção civil	Jalalo Ramos
Miguel António C.S. Vieira	S. Catarina	Pedreiro	Construção civil	Jalalo Ramos
Astelina Mendes G. dos Santos	Santa Cruz	Corte e Costura	Construção civil	Saltos Abaixo
Manuel de Jesus Mendes Tavares	Santa Cruz	Pedreiro	Construção civil	Achada Laje
César dos Santos Lopes	Praia	Pedreiro	Construção civil	Bela Vista
Maria Filomena Garcia Santos	S. Miguel	IMSI	Informática	Calheta
Augusto Timas de Pina	Santa Cruz	Pedreiro	Construção civil	Pedra Badejo
Dulce Helena Tavares dos Santos	S. Catarina	Pedreiro	Construção civil	Gil Bispo
Tomas Monteiro Martins	Santa Cruz	Pedreiro	Construção civil	A. Fátima
António Rodrigues Varela	Santa Cruz	IMSI	Informática	A. Fazenda
Edilson João Monteiro Silva	S. Catarina	Maq.Electron.	Informática	Assomada
Domingos Rodrigues Lopes	Paul	Aprend. Tradicion.	Desenho Técnico	S. Ant. das Pombas
Beneficiário do FIVA- 2006				
Celestina Silva Cardoso Moreira	Santa Cruz	Corte e Costura	Corte e Costura	Cancelo
Moisés Mendes Correia	Santa Cruz	IMSI	Informática	Pedra Badejo
Carlos Alino Lopes da Costa	Santa Cruz	Carp.marcenaria	Comercialização	Calheta
Herculano Mendes de Oliveira	Praia	Encar.Obras	Construção civil	Pensamento
Joaquim Mendes de Oliveira	Santa Cruz	IMSI	Informática	Pedra Badejo
Carlos Miguel Tavares Ramos	Santa Cruz	Pedreiro	Construção civil	Saltos Abaixo
Edna Eloisa Robalo Barros	Santa Cruz	IMSI	Informática	S. Domingos